

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação/ Mestrado em Psicologia

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POPULAÇÃO
DE RUA: COMPOSIÇÃO DE PROCESSOS DE
SUBJETIVAÇÃO NA CIDADE DE BELO HORIZONTE

Maria do Carmo Campos Villamarim

Belo Horizonte
2009

Maria do Carmo Campos Villamarim

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POPULAÇÃO
DE RUA: COMPOSIÇÃO DE PROCESSOS DE
SUBJETIVAÇÃO NA CIDADE DE BELO HORIZONTE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação/ Mestrado em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia, sob a orientação do Professor Doutor William César Castilho Pereira

Belo Horizonte
2009

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

V715p

Villamarim, Maria do Carmo Campos

Política de assistência social e população de rua: composição de processos de subjetivação na cidade de Belo Horizonte / Maria do Carmo Campos Villamarim. Belo Horizonte, 2009.

53f. : il.

Orientador: William César Castilho Pereira

Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

1. Moradores de rua. 2. Assistência social. 3. Subjetividade. I. Pereira, William César Castilho. II.. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. IV. Título.

CDU: 362.5

Maria do Carmo Campos Villamarim

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POPULAÇÃO DE RUA: COMPOSIÇÃO DE
PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO NA CIDADE DE BELO HORIZONTE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação/ Mestrado em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia, sob a orientação do Professor Doutor William César Castilho Pereira

William César Castilho Pereira (Orientador)

**João Leite Ferreira Neto (Programa de Pós-Graduação/ Mestrado em Psicologia
PucMinas)**

Maria Cristina Soares Magalhães (Escola de Serviço Social da PucMinas)

Belo Horizonte, 23 de junho de 2009

Aos meus pais pelo incentivo e carinho incondicionais e
às pessoas que, corajosamente, constroem modos
singulares de existência e resistem!

Agradecimentos

À minha família pelo amor sempre manifesto, pelo esforço e incentivo à produção do conhecimento e à “vontade de saber e conhecer” simbolizado pelo despertar dos sentidos da parede de livros do “quarto da bomba”. Memória intacta e permeada de afeto.

A Carmen Lícia Macedo de Almeida, mãe adotiva que alçou meus vãos pela Análise Institucional e Esquizoanálise ainda na graduação e que se faz cada vez mais presente em minha vida.

A William César Castilho Pereira pelo afeto, paciência e doçura sem o qual esse trabalho seria impossível. Mais que orientação, forneceu amizade e palavras necessárias aos meus processos de subjetivação.

A Renarde Freire Nobre pelas cervejas e muquecas foucaultianas e a certeza das escolhas baseadas nos bons encontros espinoseanos. Minha paixão mais alegre!

A Rodrigo Licínio Magalhães Gomes, meu escudeiro mais fiel, que respeitou meu afastamento mesmo precisando de minha presença. Esse amor é pra sempre!

A Cláudio Resende Evaristo Carlos pelo cuidado comigo (ainda que de longe), com a tradução do Resumo e pelas vivências de nossos devires peixinhos.

A Jadir de Assis e Benjamin Nunes, que clarearam dúvidas e dissiparam angústias.

A todos os que vivenciam a experiência da rua, seja vivendo empiricamente, seja trabalhando para diminuir as dores. Vocês resistem!

“Alegra-me que tudo tenha terminado. Tinha de ser. Agora estou contente por tudo ter terminado e o dia da minha intervenção ter ficado para trás. O mestre e o salvador morreram em mim; vou agora tratar do que me cabe nesta vida que é só minha.”

D.H. Lawrence

O Homem que Morreu

RESUMO

Este trabalho analisa a composição de forças atuantes nos processos de subjetivação das pessoas que vivenciam ou vivenciaram a moradia nas ruas e das pessoas envolvidas no atendimento à população de rua na Política de Assistência Social em Belo Horizonte, além de efetuar um resgate histórico deste atendimento. A Esquizoanálise, também chamada de Filosofia da Diferença, é seu principal referencial teórico e a Análise Institucional a metodologia referenciada para o desenvolvimento da pesquisa. Foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas com usuários dos serviços, técnicos e pessoas que fundaram o atendimento na cidade e observação participante nos serviços sócio-assistenciais e no cotidiano da cidade para melhor compreensão dos fluxos que atravessam e transversalizam essas vivências. O trabalho, a família, o Estado Burocrático permeado por resquícios de patrimonialismo aparecem como principais instituições que compõem esses processos e a religião aparece como definidora de diferentes experiências de atendimento.

Palavras-chave: População de Rua, Assistência Social, Processos de Subjetivação.

ABSTRACT

This study is about the composition of forces that influence the subjecting processes of the teams responsible for assisting the homeless population in Belo Horizonte, as part of the local social assistance policies adopted in Belo Horizonte, as well as recollecting the historical facts of this assistance. The work is mainly based on Schizoanalysis, also known as “The Philosophy of Difference”, and its methodology is called “Institutional Analysis”. To reach the results, the following tools were used: semi-structured interviews with the target population, workers and founders of the service; participative observation in socio-assistance services providers, and the every-day life in the city. These were means to achieve a better understanding of the flows that go through and cross the lives of the city’s homeless. Government, family and the Bureaucratic State, intertwined with remains of patrimonialism, are the main institutions that constitute these processes. Religion is regarded as the defining force of the various experiences in assistance.

Key-words: homeless, social assistance, subjecting processes.

SUMÁRIO

1-INTRODUÇÃO.....	10
2-SUBJETIVAÇÃO, CIDADE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	15
2.1 Processos de Subjetivação.....	15
2.2 A Cidade	16
2.3 Subjetivação e Poder	19
2.4 Assistência Social e População de Rua	25
3-CARTOGRAFIA DAS VIVÊNCIAS “DA” E “NA” RUA	37
4- CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	48
APÊNDICE.....	51

1: INTRODUÇÃO

A experiência de sete anos de trabalho com moradores de rua trouxe inquietações a respeito das diversas formas de subjetivação possíveis vividas pelas pessoas envolvidas nesta experiência e, muitas vezes, não compreendidas pelas instituições e organizações nas suas propostas de intervenção. O encontro com a produção do Movimento Instituinte, em especial duas de suas vertentes, abriu um horizonte teórico-metodológico de entendimento das relações vivenciadas na rua. Primeiro, a Análise Institucional oferece um método de compreensão da sociedade que possibilita conhecer quais e como os atravessamentos e transversalidades que compõem a vivência nas ruas afetam as pessoas e como o aparato institucional determina as formas de atuação com relação a esse grupo de pessoas e desencadeia processos de subjetivação no público atendido e no corpo técnico envolvido no atendimento na Política de Assistência Social. E a Esquizoanálise, também chamada Filosofia da Diferença, que possibilita compreender os sujeitos como multiplicidades conectadas e afetadas por tudo e com tudo ao seu redor, além de possíveis agenciamentos que produzam as linhas de fuga necessárias para que esses sujeitos – subjetivados possam ter a oportunidade de se (re) (des) construírem.

Grande parte da produção encontrada em textos acadêmicos e a escassa documentação produzida pelo poder público municipal sobre moradores de rua, geralmente tratam de uma análise das políticas públicas e não dos efeitos e afetações vividos pelo público atendido nos serviços de atenção a moradores de rua, não enfocando a ótica do usuário. Quando muito analisam (e até afirmam) a existência de uma identidade neste coletivo, reduzindo as multiplicidades em características comuns de estilo de vida.

De modo que o plano de organização não pára de trabalhar sobre o plano de consistência, tentando sempre tapar as linhas de fuga, parar ou interromper os movimentos de desterritorialização, lastreá-los, reestruturá-los, reconstruir formas e sujeitos em profundidade. Inversamente, o plano de consistência não pára de se extrair do plano de organização, de levar partículas a fugirem para fora dos extratos, de embaralhar as formas a golpe de velocidade ou lentidão, de quebrar as funções à força de agenciamentos, de microagenciamentos. (DELEUZE; GUATTARI, 1995/1997, p.60)

Sendo assim, entender a composição e atuação do aparato institucional que atravessa e transversaliza a vivência nas ruas parece pertinente para a compreensão dos processos de subjetivação e assujeitamento das pessoas envolvidas. A partir dos desafios colocados por Gilles Deleuze e Félix Guattari em *“O Anti-Édipo”* (1976) com relação às tarefas da

esquizoanálise para as mudanças a serem efetivadas na vida e no mundo, pensar uma metodologia de pesquisa e intervenção que desvendasse o que há de representação, de institucionalização e de produção nas formas de vivenciar a rua foi a primeira idéia para um projeto de pesquisa.

Com o entendimento de que as pessoas que experimentam a vivência na rua comportam uma multiplicidade de fluxos e territórios que constituem seus processos de subjetivação, seria necessário pensar uma metodologia de pesquisa que proporcionasse a percepção desses fluxos e territórios e como eles influenciam tal experiência. Surgida da prática política e clínica de Gregório Baremlitt, a Clínica Esquizodramática se apresentava como boa opção.

Segundo Gregório Franklin Baremlitt, as tarefas destrutivas e inventivas da esquizoanálise explícitas em *“O Anti-Édipo”* (1976) inspiraram a invenção de uma forma de intervenção que tivesse os conceitos da esquizoanálise como propulsores de novas subjetividades, descoladas do controle institucional e das diversas representações do real, “raspando” os territórios estabelecidos e criando novos.

A ponto de o processo só poder desembaraçar-se, prosseguir sozinho, e completar-se na medida em que é capaz de criar- o quê? Uma terra nova. É preciso em cada caso repassar as velhas terras, estudar sua natureza, sua densidade, buscar como se agrupam sobre cada uma os índices maquinísticos que permitem superá-la. (DELEUZE; GUATTARI, 1976. p.403)

A necessidade e a vontade de desembaraçar, aliadas à prática clínica desenvolvida com indivíduos e grupos, fizeram com que uma nova maneira de se trabalhar com esses sujeitos surgisse. Aos conceitos da Esquizoanálise, Gregório Baremlitt agregou experiências com o Teatro do Oprimido, com o Psicodrama e o Sociodrama, Artaud e outros artistas e o conceito de Klinamen de Demócrito. Estudioso dos átomos, Demócrito cria a “Teoria do Desvio”, onde afirma que, em alguns momentos, partículas atômicas se desviam de seu percurso e se encontram com outras partículas formando uma matéria nova, antes inexistente. A esse desvio ele dá o nome de Klinamen. A partir da idéia deste desvio que inventa nova matéria, surgem as Clínicas com “k”, onde, segundo o próprio inventor, “pode dar qualquer coisa” (BAREMBLITT, 2007).

Denominam-se Clínicas (neologismo de *Klinamen* ou “desvio”) a um conjunto aberto de manobras técnicas inventadas pelo esquizodrama, sendo destacável que a finalidade do procedimento consiste em fazê-las proliferar e conceber outras sempre singulares e performáticas. Este deve ser entendido com uma multiplicidade,

querendo significar que não tem ordem hierárquica nem cronológica alguma. (BAREMBLITT, 2007)

Assim, as Clínicas Esquizodramáticas de Gregório Baremlitt apresentavam-se como uma possível alternativa de pesquisa e intervenção, já que consideram os sujeitos como formas abertas e passíveis de afetações diversas, nômades. Para realmente perceber os diferentes territórios construídos a partir da vivência das ruas, seriam produzidas Clínicas com grupos de usuários do Centro de Referência da População de Rua (que permanecem morando nas ruas, mas utilizam serviços públicos), da República Reviver (que já vivenciam a moradia fora da rua) e com pessoas que estão nas ruas e não freqüentam os serviços voltados para a população de rua.

Na sua tarefa destrutiva, a esquizoanálise deve proceder com uma grande paciência, uma grande prudência desfazendo sucessivamente as territorialidades e reterritorializações representativas pelas quais um sujeito passa na sua história individual... porque há diversas camadas, diversos planos de resistência vindos do interior ou impostos do exterior. (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p.403)

Na tentativa de desfazer antigas territorialidades minhas e construir um novo território do corpo, fui atravessada por efeitos não esperados na reterritorialização da minha máquina digestiva. A vivência de um novo corpo e todas as afetações que isso traz fez com que a produção acadêmica se tornasse quase impossível. Para continuidade de um trabalho que se transformasse em dissertação, tive que abrir mão da Clínica Esquizodramática por ser um instrumento novo e, portanto, de bibliografia escassa demais para justificar sua utilização, o que me obrigaria a construir um referencial teórico e me tomaria muito tempo: o Plano de Organização, no qual a academia está colada, exige normas rígidas. Além disso, sua execução me obrigaria a um gasto de energia corporal que as transformações vividas pelo meu corpo não disponibilizaria. Fui, eu própria, atravessada por um fluxo inesperado e tomada por um processo de subjetivação que modificou minha rota inicial. Obriguei-me, então, a deixá-la para outra possível incursão acadêmica futura, mas não podia deixar de mencioná-la. A partir desta decisão, o objetivo primeiro da pesquisa foi mantido em analisar os processos de subjetivação/ assujeitamento encontrados em um grupo de pessoas que vivenciam ou vivenciaram a moradia nas ruas, mas os específicos foram reduzidos a um: analisar os atravessamentos e transversalidades do aparato institucional na vivência nas ruas e nos serviços sócio-assistenciais de atenção a moradores de rua. A opção metodológica foi utilizar entrevistas, observação participante, estudos documentais e minhas próprias memórias para reconstrução da história do atendimento à população de rua na Política de Assistência Social,

tomando o cuidado para que minhas impressões e avaliações do processo não contaminassem demais o trabalho. O registro da história deste atendimento não existe formalmente publicado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, existe um registro de entrevistas realizadas em 1998 com pessoas que iniciaram o atendimento (em alguns casos, manuscritos). Assim, essas entrevistas, as entrevistas da presente pesquisa, a observação do cotidiano da cidade e a observação participante nos serviços tomaram lugar de destaque no processo metodológico. O presente trabalho acabou por oportunizar o relato da história deste atendimento que só existia de forma dispersa e desorganizada, tendo em vista que

Historiar é processo cognoscitivo que pretende reconstruir os acontecimentos nos tempos, mas que o faz assumindo que qualquer reconstrução é feita desde uma perspectiva, que qualquer reconstrução inclui os desejos, os interesses, as tendências de quem historia. (BAREMBLITT, 1996, p.41)

Foram entrevistados trabalhadores, que chamei de “técnicos entrevistados” nas citações de suas falas, que ocupam cargos de coordenação de serviço, técnicos de nível superior, monitores (que possuem segundo grau), usuários dos serviços citados como “usuários entrevistados” e pessoas que estavam à frente da implantação das ações para a população de rua na Política de Assistência Social quando da criação do Programa População de Rua (primeira nomenclatura do dito atendimento) que chamei de “fundadores entrevistados” nas citações¹. Além das entrevistas, cito falas obtidas em momentos de observação participante nos serviços citando com o dizer “diário de campo”² e a data do registro no diário. Ignorei os cargos hierárquicos ocupados pelos técnicos porque não me pareceu relevante para os resultados que pretendia obter.

Uma preocupação com a escrita já estava presente desde o início dos trabalhos: como construir um texto objetivo e fluido com tantas palavras que traduzem conceitos da Esquizoanálise e da Análise Institucional. O trabalho ficou estruturado em três capítulos, além da presente introdução para apresentação de seus objetivos, marco teórico e metodológico e do mapeamento cartográfico do trajeto da pesquisadora. O primeiro capítulo discute, a partir do Empirismo Reflexivo, os conceitos que perpassam a constituição dos campos e planos de forças do campo de análise eleito. O segundo apresenta a Cartografia da pesquisa no que

1 A data e o local das entrevistas não serão citadas para não comprometer o sigilo garantido aos sujeitos da pesquisa de acordo com o Termo de Consentimento Esclarecido assinado por eles e pela pesquisadora e presente como Apêndice deste trabalho.

2 Técnica de registro utilizada em pesquisas que utilizam Observação Participante como metodologia de Pesquisa.

concerne à Observação Participante e à observação da cidade e o terceiro apresenta as Considerações Finais necessárias a todo processo de pesquisa, especialmente as qualitativas.

2: SUBJETIVAÇÃO, CIDADE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.1 Processos de Subjetivação

O primeiro apontamento que podemos fazer acerca da discussão da subjetividade é a ruptura com a idéia de sujeito universal, único, incondicional. Sujeito formado no momento definitivo da passagem pelo Complexo de Édipo, formado na interioridade, no “lugar escondido da alma”, traduzido ao exterior somente pela linguagem. Sujeito apenas desejoso, não-modulado ou não-modelável ao longo da vida. Para a esquizoanálise, o sujeito não é um ser voltado para si, constituído a partir de sua relação consigo e com o mundo exterior. Ele é a exterioridade conectada a múltiplos fluxos que dele saem e entram, num movimento constante e dinâmico. Que produz e reproduz ao mesmo tempo. O acaso, a singularidade, as potências, a conjugação de planos e forças é que dão sentido aos processos de subjetivação pelos quais passamos e nos constituímos como subjetividades.

Um processo de subjetivação, isto é, uma produção de modo de existência, não pode se confundir com um sujeito, a menos que se destitua este de toda interioridade e mesmo de toda a identidade. A subjetivação sequer tem a ver com a «pessoa»: é uma individuação, particular ou coletiva, que caracteriza um acontecimento (uma hora do dia, um rio, um vento, uma vida...). É um modo intensivo e não um sujeito pessoal. É uma dimensão específica sem a qual não se poderia ultrapassar o saber nem resistir ao poder. (DELEUZE, 1992, p.123).

Multiplicidades podem ser colocadas como segundo apontamento. A compreensão de que um sujeito universal existe como resultado da atuação da Superfície de Registro e Controle nos leva a pensar que variadas formas ou possibilidades de formação da subjetividade geram pessoas diferentes em contextos diferentes. A idéia de processos de subjetivação vai além. Somos mil devires diferentes em uma única subjetividade. Subjetividade exteriorizada e não totalmente interiorizada. Afetamos e somos afetados cotidianamente por tudo ao nosso redor e aí se constituem nossos processos de subjetivação. Subjetivamos e produzimos subjetivações ininterruptamente. As afetações são diversas e as conexões infinitas. Constituem nossa rede maquinaça agenciadora: o desejo, a economia, a política, a literatura, o meio-ambiente, a família, a tecnologia... tudo afeta. Sem ordem hierárquica, mas com intensidades diferenciadas. Intensidades. Fluxos. Disso se alimentam nossos processos de subjetivação. Tudo ao nosso redor nos provoca à produção, à reprodução e à anti-produção. A cidade nos provoca.

Como terceiro apontamento, podemos destacar a imanência. Enquanto a Superfície de Registro e Controle opera pela normatização e repetição, a Superfície de Produção opera com

intensidades puras, que podem vir à tona na Superfície de Consumo/Consumação provocando processos de subjetivação e modos de existência que resistam ao enquadramento, ao poder normativo dos comportamentos e produzam singularidades com maior leveza e fluidez dos sentidos. Tudo ao mesmo tempo, no mesmo lugar... Superfícies imanentes entre si. Na obra de Gilles Deleuze e Félix Guattari, a idéia de imanência destes campos de forças surge também com outras nomenclaturas. As Superfícies são também chamadas Planos, que operam deslizando entre si, sem hierarquia, embora o Plano de Organização determine, em muitos momentos, o assujeitamento de corpos e idéias. O Plano de organização são imagens, figuras, idéias feitas, corpos prontos. Quando estamos separados do que podemos, estamos reduzidos a ele. Antes desse plano são intensidades. O sujeito e o objeto já são produto deste plano. Sob o Plano de Organização há o Plano de Composição, que são as forças que estão atravessando o campo social, são as forças moleculares atualizadas no real. O Plano de Consistência é descrito como o plano invisível de expansão da vida contida no plano de organização, onde as forças se articulam e se compõem. Aqui a organização não faz a mínima diferença, porque a potência já foi conquistada nos afetamentos e nos encontros. O agenciamento com outras forças efetuado nesse plano, na medida em que a subjetividade é feita por linhas e forças, vai gerar novas formas de expressão.

Pensar estes processos com relação à População de Rua deverá ser um exercício compreensivo dos fluxos múltiplos que atravessam e transversalizam a vivência nas ruas e das intensidades que escapam, por possíveis linhas de fuga, do Plano de Consistência. Uma cidade se constitui de variadas expressões maquínicas e agenciamentos múltiplos: a arquitetura, a economia, o dinheiro, a solidariedade, as formas de estabelecimento de relações familiares, o álcool, a droga, a solidão, a festa, o movimento, o trânsito, o poder público, a religião, etc.

As cidades são imensas máquinas... Produtoras de subjetividade individual e coletiva. O que conta, com as cidades de hoje, é menos os seus aspectos de infraestrutura, de comunicação e de serviço do que o fato de engendrarem, por meio de equipamentos materiais e imateriais, a existência humana sob todos os aspectos em que se queira considerá-las. (GUATTARI, 1992, p.172)

2.2 A cidade

Belo Horizonte apresenta características das grandes cidades do mundo hoje, incluindo seus problemas de transporte, poluição, trânsito, lixo, etc. Um passeio pela cidade já nos

apresenta essas características. Mas, nem sempre, este passeio nos revela os equipamentos ditos imateriais por Guattari. Não percebemos, à primeira vista, a real composição em nossas subjetividades individuais e coletivas da origem da população da cidade. A maioria das famílias têm origem em outras cidades e estados, devido à pouca idade de urbanização do antigo Curral Del'Rey. A religiosidade mineira não se manifesta apenas na quantidade de igrejas encontradas pela cidade, tampouco o predomínio da Igreja Católica fica visível, mas se expressa na quantidade de grupos caritativos que distribuem sopa à noite para moradores de rua e pelo papel da Pastoral de Rua na organização do “movimento da população de rua”. A desigualdade social talvez possa estar clara na organização urbana... As favelas, a pauperização das periferias, a diferença da oferta de serviços públicos em diferentes regiões da cidade, destacando a presença do Estado em áreas de maior vulnerabilidade social com aparatos mais visíveis do que a manutenção da limpeza e segurança das praças nos bairros da região centro-sul (região que concentra a população de maior poder aquisitivo da cidade). “Pequenas ilhas de primeiríssimo mundo por toda parte, constituindo a cidade da elite global, rodeada de Terceiro Mundo por todos os lados, constituindo o mar dos excluídos, dos inempregáveis, dos inúteis e sem préstimo. A cidade é satelitizada pelo capitalismo”. (PELBART, 1997, p.34). E é nas ruas destes bairros que a população de rua se concentra, atraída pela circulação de pessoas e dinheiro, pelo movimento mais intenso de pessoas e é onde ela sofre maior ação coercitiva do Estado, que estabelece uma forma de “territórios proibidos” a essa população. Então, além do desafio da sobrevivência, do desafio de vivência singular do corpo e da moradia, há o desafio de burlar a ação do Estado.

A rua é o lugar do público, do caminhar de pessoas, da pressa, do trânsito de carros e todo tipo de equipamento de transporte. É também o lugar da diversão e do lazer (a prática das mesas nas calçadas em frente aos bares é uma constante em Belo Horizonte), do consumo e do exercício da “civildade”, embora haja hoje uma tendência ao isolamento e fechamento em condomínios e shoppings em busca de uma segurança e de uma grande vontade de não vermos o que a sociedade produziu pela sua organização em torno do capitalismo. Mas a rua ainda é um lugar de conexões coletivas. E a rua de dia, é diferente da rua à noite. O centro da cidade, tão movimentado durante o dia, parece se transformar com a escuridão. O movimento gerado pela grande circulação de pessoas e carros que, durante o dia, garante o anonimato desejado e a garantia da sobrevivência por pelo menos mais um dia se transforma. Com a noite, a composição do movimento é outra. As calçadas transformam-se em dormitório pela quantidade de marquises e calçadas vagas, poucas pessoas circulam, grupos caritativos fazem “ronda” (termo utilizado pelas próprias entidades para descrever a ação de buscar moradores

de rua pela cidade para receberem o que eles têm a oferecer) distribuindo alimentos e cobertores e os caminhões da Superintendência de Limpeza Urbana fazem a coleta de lixo do centro neste horário. Logo, a rua, em si, não é um lugar único e estático. É várias ruas. Encontramos nas falas de quase todos os entrevistados a expressão “a rua é” relacionada com a vivência da moradia e sobrevivência na rua, não como a descrição de um quarteirão ou endereço ou espaço público. “A rua não tem nada de bom, ela é um vício” (usuário entrevistado). Essa é uma resposta constante à pergunta para questionamentos sobre como é viver na rua. Múltiplas vivências são formatadas e estratificadas em um substantivo definido pelo Dicionário Aurélio como “via pública para circulação urbana, total ou parcialmente ladeada de casas”. Mas a rua se converte em um poliverso de potências e intensidades que podem ser intensificadas ou barradas de acordo com as forças que se estabelecem nesta multiplicidade. E determinadas regiões da cidade vão possibilitar, em determinados espaços de tempo, que alguém utilize a rua como espaço de moradia. Como a realidade é dinâmica, essas regiões e tempos podem variar, especialmente de acordo com as ações do Estado e da sociedade civil, aglutinando, expulsando, encaminhando demandas, oferecendo serviços. Muitas pessoas transitam pelos serviços para a população de rua sem dormirem na rua e são caracterizados como usuários destes serviços. Frequentam o Centro de Referência de dia, dormem no albergue, frequentam os cursos de qualificação profissional e são encaminhados para as repúblicas. O nomadismo e ausência de alternativas de moradia são absorvidos como formas de se relacionar com o espaço chamado “rua”.

A rua, de certa forma, é um pouco o sinônimo de certa liberdade. Por outro lado também, propicia o encontro da diversidade. Toda a população passa pela rua, não só o morador de rua, em todos os horários a cidade tá na rua. Então, eu acho isso muito interessante. Por outro lado também ela propicia uma clandestinidade, uma permissividade, então acho que a rua é isso: uma mescla de todas as possibilidades que o sujeito pode escolher vivenciar, independente da situação dele, independente do seu status... Ao mesmo tempo em que você é anônimo, você é observado... Ao mesmo tempo em que você passa despercebido alguém te observa... O sujeito, por mais que ele ache que ele é mais um, ele é flagrado. Acho que a rua não tem uma definição homogênea... A gente encontra tudo. (técnico entrevistado)

Todo esse aparato influencia a vivência nas ruas e tem produzido processos de subjetivação característicos de nosso tempo muito diferentes da velha idéia dos “doidinhos de rua” conhecidos da vizinhança, temidos pelas crianças e sempre alvo da caridade. Achar que as pessoas só moram nas ruas por falta de moradia é reduzir esses processos à idéia de sujeito universal com necessidades básicas relativas à sobrevivência material. A aposta nessa

multiplicidade é que pode ser a chave para a compreensão da complexidade desses processos. Processos que constituem a cidade e se constituem na cidade.

Processos que são familiares em diversos pontos do mundo. Patrick Declerck em seu livro *“Los Náufragos: Con Los Indigentes de Paris”* (2006), relata sua experiência com moradores de rua, chamados pelo autor de “indigentes”, na cidade de Paris. As motivações para ida à vivência das ruas, o grave grau de alcoolismo e transtornos mentais, a institucionalização do atendimento a partir da normatização dos comportamentos, a exigência da atividade produtiva nos serviços de atendimento, a presença da caridade como forma de reparação pelo desgaste das relações capitalistas de produção são comuns a Belo Horizonte e a Paris. Talvez se destaque a preocupação francesa com o frio do inverno, gerador de morte e problemas graves respiratórios e o número de pessoas nesta situação. O autor estima que de 10.000 a 15.000 pessoas vivam nas ruas em Paris. Mas as alternativas de sobrevivência e o caráter das políticas de proteção são muito parecidos. O autor utiliza como explicação à permanência de tantas pessoas na rua a existência de uma “patologia” da população de rua, uma psicose específica que faz com que as pessoas sempre retornem à vivência das ruas. Ainda que este “Eterno Retorno” seja verificado, a tendência a patologizar modos de existência vão de encontro ao que Foucault chamou de biopoder e será discutido mais adiante neste trabalho.

2.3 Subjetivação e Poder

Em pronunciamento oficial na Abertura do Quinto Festival Lixo e Cidadania ocorrido em 2006, o Prefeito de Belo Horizonte, Sr. Fernando da Matta Pimentel, auto-elogiou sua administração dizendo da rede de atendimento oferecida aos moradores de rua com relação a abrigo, moradia e tratamento de saúde clínica e mental e concluiu dizendo que “só mora na rua hoje em Belo Horizonte quem quer”. Podemos avaliar, então, que o próprio gestor municipal afirma que, para além das condições materiais atendidas pelo poder público, há algo que escapa e que define esse “querer” citado pelo mesmo, embora esse reconhecimento não signifique permissão para permanência nas ruas sem pressão para o enquadramento nos serviços oferecidos.

Ao mesmo tempo em que o estado diz: estamos acolhendo, protegendo e promovendo... Esse mesmo Estado, ao mesmo tempo, está tentando coibir essa existência, essa relação do sujeito com a rua. Primeiro que acho que o Estado é completamente omissivo em algumas esferas, ele joga a responsabilidade pro outro, e muitas vezes ele confronta consigo mesmo em algumas ações. O Estado tem que encontrar seu caminho. (técnico entrevistado)

A idéia do cumprimento do papel da administração pública voltada somente para uma análise simples da oferta de serviço e seu custo gera, muitas vezes, discursos que não levam em conta a real oferta desses serviços e a definição de quais demandas eles atendem. Como destaca outro técnico entrevistado,

Essa administração agora é muito certinha com a questão burocrática, então, com esse negócio da gestão plena, pra receber os aportes de recursos do Ministério, eles são obcecados com isso... Como o trabalho com a população de rua já é uma referência, eles pararam de investir. Já está bom pra gestão plena então vão investir em outras coisas... Eles querem resultados e números de que a coisa tá andando... E que a gente tem que ganhar conceito A do ministério pra continuar vindo dinheiro... A Secretaria vive em função da gestão plena.

O técnico se refere à nova forma de organização da Política de Assistência Social, especialmente com relação ao repasse de recursos do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Os municípios que cumprem os requisitos de Gestão Plena passam a receber recursos por piso de proteção e têm maior autonomia no gasto do dinheiro. Se antes o repasse fundo a fundo era feito por programas e projetos, hoje é feito por proteção. Sendo assim, o município pode, por exemplo, gastar o dinheiro com a Proteção Especial de Média Complexidade com os serviços que lhe convier, desde que comprove a aplicação do recurso, sua necessidade e tenha a aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social.

Se múltiplos são os fluxos que disparam processos de subjetivação e, ainda, constroem subjetividades singulares, impossível contar com serviços poucos e critérios muitos. Essa maneira de administrar as políticas públicas é mais um fluxo que atravessa a vida das pessoas que moram hoje nas ruas, ainda que no cotidiano dos serviços seja possível encontrar trabalhadores que se preocupam com as singularidades. Dessa forma, a definição de ações técnicas e políticas a serem desenvolvidas pela Política de Assistência Social, ainda que avancem na concepção do sujeito a ser beneficiado e no papel do Estado Burocrático, esbarram no que Sérgio Buarque de Holanda vai chamar de “patrimonialismo”:

Para o funcionário patrimonial, a gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferir, relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro estado burocrático... A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os

candidatos, e muito menos de acordo com as suas capacidades próprias.
(HOLANDA, 1994, p-74)

Assim, coexistem no cenário da cidade intervenções técnicas altamente comprometidas com os sujeitos e suas singularidades e ações higienistas que partem de interesses políticos de tradução da idéia de cidade limpa e bem cuidada que garanta votos e manutenção no poder. As opções técnicas de construção de ações singulares para cada sujeito, muitas vezes não se efetivam pela urgência de um tempo de resolutividade imposto por pessoas que detêm poder de decisão e encaminhamento que não possuem compreensão da temática, mas ocupam cargos de decisão por participarem da composição partidária do governo, são contratados sem concurso por serem parentes de gestores, perpetuando o nepotismo além de entenderem por resolutividade apenas a saída das ruas. Fluxos de atravessamento.

A subjetivação é, assim, o nome que se pode dar aos efeitos da recomposição de forças, práticas e relações que tentam transformar – ou operam para transformar – o ser humano em variadas formas de sujeito, em seres capazes de tomar a si próprios como os sujeitos de suas próprias práticas e das práticas de outros sobre eles.
(ROSE, 2001, p.143)

Segundo nos aponta Rose, todas as práticas e interações propostas como intervenção com esse público vão gerar processos que levarão essas pessoas a reagirem de forma singular às afetações produzidas. Modelos fechados de atendimento, centrados na idéia de “saída das ruas” como único objetivo podem ser ineficazes na produção de subjetividades autônomas e capazes de garantir seu arsenal cotidiano de respostas às suas demandas particulares. Ainda que se pretenda a construção de uma rede de atendimento, não se pode desconsiderar que essas subjetividades estão submetidas e entrelaçadas em uma rede muito maior e aberta (rizoma) de agenciamentos que caracterizam sua vivência nas ruas. Muitos desses agenciamentos estão ligados às novas formas de controle estabelecidas pelo capital. A atual Sociedade Mundial de Controle tem seu funcionamento através de redes flexíveis, modulares com novas formas de poder. Os fluxos sejam eles de capital, de informação, de serviços, de bens, de imagens circulam por toda parte, geridos pela ausência de limites concretos ou de exercício de poder sem nenhuma fronteira territorial ou temporal (HARDT; NEGRI, 2001). A insistência nas propostas únicas e prontas para formatação dos sujeitos se camufla no discurso democrático da defesa dos direitos com base na construção da autonomia. Autonomia calcada na possibilidade de inserção no mundo do trabalho ou reconstrução de vínculos familiares não abre um horizonte muito fértil de soluções inventivas que proporcionem reais alternativas

autônomas. Uma nova forma de disciplina se estabelece imanente às ofertas de serviços que tentam efetivar, pelo menos no discurso e no esforço do corpo técnico, soluções singulares para a vivência nas ruas.

As análises de Michel Foucault sobre os processos de assujeitamento do homem moderno são de grande valia para o entendimento de algumas questões centrais dessa dissertação. Embora muitas das suas reflexões tenham uma periodicidade histórica situada entre os séculos XVII e XIX, o próprio autor alertou que suas investigações sobre a constituição dos campos institucionalizados de disciplinamento dos sujeitos no período citado, notadamente dos homens e mulheres que eram vítimas do pauperismo, é o ponto de origem de uma linha genealógica que deixa fortes marcas. Por isso é que, para ele, fazer uma crítica das condições de instauração de determinados mecanismos de poder desenvolvidos há dois ou três séculos atrás faz parte de uma estratégia maior de realização do que ele mesmo chamou de “ontologia de nós mesmos” (FOUCAULT, 2006). Assim, fazer uma “analítica do poder”, ou seja, conhecer as condições e processos históricos de estruturação das formas de poder e de assujeitamento que nos afetam, torna-se condição para a compreensão da composição das forças que atravessam nossa vivência cotidiana e qualificam nossas lutas em defesa de modos singulares de existência.

A tese principal de Foucault, no âmbito da sua “analítica do poder” é a de existência de dois tipos principais de mecanismos de poder que se apresentam no período entre os séculos XVII e XIX: o “poder disciplinar” e o “biopoder”. Ao primeiro, Foucault deu muito mais destaques e a ele dedicou boa parte dos seus estudos. Do segundo, ele tratou mais nos últimos anos da sua vida intelectual, de maneira menos detalhada, mas com suficiente densidade. Sobre o poder disciplinar, ele indica a criação histórica de mecanismos de apoderamento de corpos e de almas com vistas a fins de produção (produção ligada ao trabalho e ao funcionamento da indústria capitalista) e de docilidade, que se deram no interior de novas instituições, tais como: a prisão, o manicômio, a escola, a fábrica, os quartéis e mesmo a família nuclear burguesa. É famosa a passagem com que o autor finaliza a obra *Vigiar e Punir*, o seu primeiro grande estudo sobre o tema do poder disciplinar. Nesta, após mostrar que a prisão se tornou o “instrumento moderno de penalidade”, indaga se “Devemos ainda admirar que a prisão se pareça com as fábricas, com as escolas, com os quartéis, com os hospitais, e todos se pareçam com as prisões?” (FOUCAULT, 1987, p.187). Acrescento aqui os Albergues e Abrigos destinados aos pobres desde a época descrita pelo autor e que ainda mantêm essas características.

No entendimento de Foucault, todas as instituições de disciplinamento e controle visam, sobretudo, submeter cada indivíduo - e não a massa compacta - a mecanismos regulares e permanentes de vigilância, exame e normalização. A idéia de normalização é a mais importante, uma vez que o essencial é precisamente a produção de indivíduos “normais”, ou seja, dóceis e produtivos. Daí o destaque especial aos delinquentes, loucos e às crianças, aqueles que, por motivos diferentes, não se encaixam nas regras de uma racionalidade civilizatória. É preciso tornar os desviantes dóceis e produtivos, ou ao menos capazes de recuperação para produção. Não se trata de simples moralismo. Trata-se da instauração de uma “maquinaria significante” que reproduz, no interior de instituições ou a partir de referências instituídas, uma lógica de coerção e de normalização. (FOUCAULT, 2008). A instauração e disseminação histórica dos “poderes disciplinares” também extrapolavam os limites de uma análise de classe mais simplista. Não eram estratégias maquinadas pelas classes dominantes para subordinarem e alienarem a maioria oprimida. Se assim fosse, realmente bastava uma revolução social para inversão de poderes. Mas, para Foucault, o “poder disciplinar” tem uma origem arbitrária e representa a construção de uma modalidade de racionalidade do controle social cuja tendência é o exercício de

Uma disciplina infinita: um interrogatório sem termo, um inquérito que se prolongasse sem limite numa observação minuciosa e cada vez mais analítica (...) um procedimento que seja ao mesmo tempo a medida permanente de um desvio em relação a uma norma inacessível e o movimento assintótico que obriga encontrá-la no infinito. (FOUCAULT, 1987, p.187)

Embora o pensamento diga respeito à prisão, é certo que Foucault estendia seu sentido para todas as demais instituições de disciplina e controle, de vigilância de corpos e de almas, de invasão de privacidades e de normalização de condutas. A imagem de uma “medida permanente de um desvio em relação à norma inacessível” remete a um quadro kafkaniano. Mas era esse mesmo o entendimento de Foucault: as sociedades modernas são repletas de processos de normalização de origem arbitrária, aplicação compulsiva e finalidade absurda, tal como “O processo” inventado por Kafka.

O princípio da normalização não se assenta apenas no modelo disciplinar de poder. Foucault analisou outra modalidade de enquadramento normativo que designou de Biopoder. Diferentemente do poder disciplinar, que visa modular indivíduos em torno de políticas institucionais que têm no corpo o principal referencial de enquadramento, com óbvios efeitos sobre a constituição do sujeito, agora se trata de mecanismos que buscam desenvolver

estratégias sobre a população. A emergência da população como objeto de ações organizadas de modo administrativo encontra nas ações de Estado e dos poderes legais o seu principal centro de irradiação. Enquanto antes, no poder disciplinar, tratava-se, sobretudo, de instituições extra e pré-estatais, agora, no âmbito do biopoder, trata-se da centralidade dos governos que desenvolvem políticas em relação à população ou às populações específicas, através de estudos, estatísticas e toda uma rede de instituições e organizações voltada para temas como: natalidade, mortalidade, epidemias, comportamentos, vacinação, assistências, etc. Para Foucault, a idéia de população e, principalmente, a concepção de que ela precisa ser enquadrada, conhecida, acompanhada e assistida, ou seja, de que a população precisa ser objeto de políticas públicas apoiadas em saberes especializados, tudo isso nasceu e se fixou a partir do século XIX e os considerados avanços do discurso do direito social vão ser estratificados na necessidade de atendimento à “População de Rua”.

A disciplina visa “corpos individuais”; a “biopolítica” visa “uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc.” (FOUCAULT, 2005, p.289). Foucault deu destaque aos processos biológicos, uma vez que o biopoder tem como eixo a idéia de que cabe ao Estado moderno desenvolver políticas em prol da vida. Todas as políticas desenvolvidas têm nesse propósito maior a sua legitimidade. Mas, quando uma prefeitura desenvolve políticas específicas para a população de rua, não é difícil perceber que se trata da mesma coisa quanto o desenvolvimento de políticas de saúde pública: em todos os casos, trata-se de “gerir” a vida na forma de estudos, controles e normatizações sobre uma determinada população.

Nas análises de Foucault, o cruzamento de dois tipos distintos, mas afinados de poderes – a disciplina e a biopolítica – afetam sobremaneira a problemática do sujeito. Eles dizem de uma disposição sólida e repetitiva de governo sobre os homens, seus corpos e suas vidas. O traço perturbador dos mecanismos de poder de princípio normatizador, não é que eles sejam absolutos ou mesmo que sejam absolutamente negativos, mas no que eles contêm de assujeitamento e de impedimento para que as pessoas possam inventar “estilos” diferentes de vida e modos singulares de subjetivação. O problema não está numa negação do sujeito, até porque Foucault é crítico do imaginário moderno de que há o “sujeito”, perdido ou a ser construído. Conforme interpreta Deleuze, em Foucault “Não há sujeito, mas uma produção de subjetividade, a subjetividade deve ser produzida, quando chega o momento, justamente porque não há sujeito”. (DELEUZE, 1992, p.141) E são as disciplinas e as biopolíticas que, ao fazerem o enquadramento normativo de “indivíduos” e “populações”, não dão espaços para os processos de subjetivação. A tensão que Foucault estabelece é entre assujeitamento e

subjetivação, fechamento e abertura, normatização e singularização. A subjetivação depende da capacidade de se “enfrentar a linha de fora e cavalgá-la”, não como fuga ou simples negação do instituído, mas como enfrentamento e resistência à compulsão normativa.

Diante do quadro descrito por Foucault, variadas estratégias vão se amalgamar no sentido da normalização. A caridade, herança cristã da obrigação em se fazer o bem para ganhar o paraíso, é um bom exemplo do que Suely Rolnik, em seu texto “Subjetividade Antropofágica” (1998), chama de baixa antropofagia. Caracterizada pela

Ausência do critério ético que comanda as conexões do desejo e a criação de sentido – substituído pelo critério narcísico... Insere-se na tradição desencarnada da elite brasileira, a qual não responde às urgências de sentido colocadas pelo corpo em sua experiência coletiva. (ROLNIK, 1998, p.142)

Essa forma mais reativa de incorporação de valores estrangeiros (nesse caso, valores religiosos cristãos europeus) gera uma forma de lidar com a presença de pessoas morando nas ruas e compõe a multiplicidade de fluxos que os atravessam. Podemos perceber que a entrega de alimentos e roupas em troca de segurança ou pelo bem-estar religioso, não retira essas pessoas da situação de subalternidade à qual elas estão submetidas, não só pela chamada “elite” brasileira, mas por aqueles que transitam no cotidiano da cidade ou compõem a vizinhança desses sujeitos. Até porque, doa-se aquilo que sobra ou não é mais necessário sem a preocupação de realmente proporcionar uma condição de vida melhor e mais autônoma a outro integrante da coletividade. Entende-se a necessidade do outro a partir das referências de quem doa e define qual a necessidade a atender. Além de um lugar no paraíso, garante-se a segurança pessoal a partir de uma suposta “boa convivência” entre o desviante e o adaptado.

2.4 Assistência Social e População de Rua

Historicamente, é com essa idéia de caridade e benesse que a assistência social nasce e se desenvolve durante muitas décadas. O cuidado com os pobres, desvalidos e não-aptos para o trabalho era obrigação da Igreja e de pessoas de “bom coração”. Segundo Castel (1998, p. 30), “a questão do pauperismo advinda do processo de industrialização é que trouxe à tona a divisão entre a ordem do direito dos cidadãos e a ordem econômica que acarreta a miséria e aumenta a desigualdade”. O Estado é obrigado a agir para garantir a coesão social e para normatizar comportamentos considerados “desviantes”. No Brasil, a idéia de defesa de direitos para além da normalização chega muito tardiamente e o cuidado do Estado com o que

Castel chama de desfilados só ocorre, efetivamente, com a Constituição de 1988 e suas leis complementares. Ao longo dos anos, a assistência social foi utilizada como forma de caridade e normalização, mesmo quando utilizava recursos públicos para oferta de benefícios, servindo ao clientelismo político. Como uma ação paternalista e assistencialista com a marca da caridade e da benesse, transformou direito em favor e usuário em assistido e favorecido. Além disso, manteve uma cultura de obediência e concessão de favores, perpetuando a pobreza e reproduzindo um modelo capitalista que explora e exclui. A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS - (Lei nº 8.742/93) substituiu legalmente um modelo que vigorava desde a Era Vargas, que criou a Lei de Utilidade Pública, que garantia isenção de impostos a entidades que promovessem a filantropia (modelo ainda em vigor, mas agora com controle social e prestação de contas) e a LBA, entidade responsável por “cuidar dos pobres” e que só foi extinta em 1993. Da promulgação da Constituição de 1988 até a promulgação da LOAS um longo percurso foi percorrido pelos movimentos sociais para que a assistência social fosse organizada como política pública, já que a Constituição já a transformara em política pública nos artigos 203 e 204, colocando a Assistência Social junto à Saúde e à Previdência Social como componentes do tripé da Seguridade Social. A transformação da Assistência Social em direito cria uma nova forma de relação entre usuários, entidades e Estado, mas traz seu histórico de benesse e clientelismo para o cotidiano dos serviços. Ao contrário da Saúde e da Educação, os cargos de gerenciamento da Política de Assistência Social, especialmente em algumas Administrações Regionais, ainda são ocupados por pessoas que desconhecem a política e seus critérios técnicos e de expressão dos direitos sociais, obedecendo ao patrimonialismo.

Com relação ao ‘refluxo’ das pessoas que foram para o bolsa-moradia e voltaram pra rua fica claro a intervenção das regionais nos encaminhamentos. A decisão era desocupar os viadutos e muitas pessoas que não queriam casa foram obrigadas a irem para o bolsa-moradia. (técnico entrevistado)

Os próprios usuários ainda têm uma idéia de que o Estado dá a chance e o indivíduo desperdiça, reproduzindo a idéia liberal de fracasso individual em um mundo de oportunidades, como percebemos na fala de um usuário entrevistado:

A prefeitura tem o Centro de Referência, o Albergue, a República e o pessoal nos ajuda muito em tudo. Mas o cara não quer nada... Quer ficar lá na rua mesmo. Depende dele mudar, só dele. Se ele quiser se levantar, o pessoal da sopa dá comida, a prefeitura dá um monte de coisas.

Apesar da aprovação da Lei ter acontecido em 1993, somente em 2004 ocorre a organização da política em um Sistema Único de Assistência Social (SUAS), baseado na experiência da Saúde, que regule a rede de serviços sócio-assistenciais tendo como foco de suas ações a atenção às famílias seus membros e indivíduos, o território como base de organização e as funções de promoção, prevenção, inclusão ou proteção. Se, por um lado, o discurso dos direitos se fortalece na implantação deste Sistema como instrumento de garantia de qualidade na prestação de serviços e proximidade do público, por outro, transforma-se em mais um fluxo de atravessamento quando obriga o usuário a acessar um direito que não necessariamente ele deseja, já que opera na Superfície de Registro e Controle enquadrando as demandas de cidadania como necessidades subjetivas, entendendo aqui subjetivas como intensidade capturada. O SUAS determina que os serviços, programas, projetos e benefícios devem ter como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. As Proteções garantidas no novo sistema estão divididas em: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade. A Proteção Social Básica visa ter caráter preventivo e processador de inclusão social e tem como destinatários os segmentos da população que vivem em condições de vulnerabilidade social, tais como: pobreza, privação de renda ou de acesso aos serviços públicos e fragilização dos vínculos afetivos. Seu principal objetivo descrito na política é o de possibilitar a inclusão de pessoas em situação de risco social nas políticas públicas, no mundo do trabalho e na vida comunitária, além de prevenir que estas mesmas situações de risco social atinjam outras pessoas. Daí seu caráter descrito como preventivo e, implicitamente, seu caráter normativo. A Proteção Social Especial, segundo o próprio texto da Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2005), “tem caráter compensatório de reparação de danos, mas igualmente reabilitador de possibilidades psico-sociais com vistas à reinserção social”. Seus destinatários exigem atenção mais personalizada e processos protetivos de longa duração, pois, são indivíduos que se encontram em situação de alta vulnerabilidade pessoal e social, decorrentes de ocorrência de abandono, vítimas de maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso e exploração sexual, usuários de drogas, adolescentes em conflito com a lei, moradores de rua etc. O critério descrito para organização das ações em Média e Alta Complexidade é a existência ou não de vínculos sociais. Famílias ou indivíduos que ainda permanecem com seus laços, ainda que fragilizados, são público da Média Complexidade. Aqueles que têm seus laços rompidos são público da Alta Complexidade, pelo menos no texto da política. Na prática, podemos

encontrar uma família com seus laços fortalecidos necessitando de abrigo temporário (serviço de Alta Complexidade) por causa das chuvas, por exemplo. Por outro lado, podemos encontrar um adulto morando nas ruas, sem nenhum vínculo familiar ou comunitário necessitando do Serviço de Abordagem (Serviço de Média Complexidade). Logo, o próprio texto da lei, ainda que avance muito na tentativa de organização de um sistema, ainda não tem claro o papel da Assistência Social para determinados públicos. Ou, pensando nas análises de Foucault sobre o biopoder, tem servido obedientemente à lógica da normatização, enquadrando modelos familiares e a necessária inclusão em atividade produtiva, além de defender a idéia de “reinserção social”, como se esses indivíduos estivessem alijados da sociedade simplesmente por não terem inserção no sistema protetivo que o mundo organizado do trabalho garante. Eles estão alijados dessa organização, mas isso compõe a Sociedade Mundial de Controle instaurada pelo Capitalismo Mundial Integrado, termo utilizado por Guattari para descrever o processo de Globalização econômica característica do século XX e que se processa ainda no século XXI.

“Desfiliados”, “desafortunados”, “despossuídos”, “desumanizados”, “mendigos”, “maloqueiros”, “desintegrados”, “não-integrados”, “desvinculados”, “moradores de rua”, “loucos”, “doidos de rua”. Várias palavras definem e conceituam um grupo de pessoas que buscam as ruas como alternativa de sobrevivência e moradia. Vagando ou se fixando em alguma praça, esquina, marquise ou viaduto, essas pessoas trazem à tona as mazelas produzidas por nossa sociedade. A precarização das relações de trabalho, o aumento da violência nas vilas e favelas, as dificuldades em arcar com despesas de moradia, o alcoolismo e a loucura são fatores que traduzem a permanente e múltipla desigualdade social e são apontados como geradores de um fenômeno que, por suas características de incidência, ocupação urbana e necessidade de controle, já é considerado uma “população de rua”. Fatores que, aliados à desvinculação familiar e social, geram um contingente presente em todas as grandes cidades do mundo.

Morador de rua é aquele que você encontra na rua, numa solidão, numa invisibilidade muito grande, com os laços familiares... Sempre sozinho, sem laços familiares, sem vínculos familiares nenhum... Com um olhar... Em geral, com um olhar de muita solidão e tristeza. A gente dificilmente vê as pessoas na rua rindo ou se divertindo, a não ser quando tem alguma roda de pinga ou alguma festa. Mas em geral, o olhar, o cotidiano de sofrimento é muito forte... Isso eu digo e sinto assim... muito emocionalmente mesmo. No geral, são as pessoas que estão muito sós, que perambulam e andam pela cidade... Que estão jogadas, às vezes, completamente jogadas aí, né? (fundadora entrevistada)

A Prefeitura de Belo Horizonte, através da Lei de Atenção à População de Rua (Lei 8.029/2000) define como população de rua o “segmento da população de baixa renda em idade adulta, incluindo criança e adolescente acompanhados das respectivas famílias, que, por contingência temporária ou permanente, pernoita em logradouro público”. O Censo realizado pela Prefeitura de Belo Horizonte em 2005 em conjunto com o Ministério de Desenvolvimento Social, a PUC-MINAS e o Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável considerou como definição da população de rua, para efeito da contagem censitária, “grupo populacional heterogêneo, constituído por pessoas que possuem em comum a garantia da sobrevivência, por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a não-referência de moradia regular”. Agregando definições, podemos considerar que: sozinhas, em grupos ou em núcleos familiares, essas pessoas se organizam e buscam sua sobrevivência utilizando os logradouros públicos para dormir, alimentar-se, conseguir dinheiro através de trabalho ou mendicância e estabelecer relações, desafiando poderes públicos, academia, universidades, interessados, religiosos e outros na solução da questão. Considerada como questão, pode conter em si uma não resposta permanente. Considerada como coletivo de sujeitos, leva à construção de alternativas de atendimento que reflitam essa compreensão.

Em Belo Horizonte, desde 1993, essa compreensão tem-se materializado na construção de políticas públicas de Proteção Social. Três fatores podem ser destacados como fundamentais nessa construção: a eleição de Patrus Ananias, a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social e a organização dos catadores de papel e moradores de rua através do trabalho da Pastoral de Rua personalizado na chegada na cidade em 1987 da Irmã Cristina Bove Rolleti, Oblata de São Bento, que já tinha experiência com este público em Recife e São Paulo. A Pastoral organiza o movimento dos catadores, o movimento da população de rua reivindicando serviços que atendessem às demandas dessas pessoas e lutando contra a violência institucional que era presente nas ruas através de remoções, retiradas com presença de policiais e apreensões de carrinhos, materiais coletados e pertences pessoais. Por mais inovador que pudesse parecer, a captura dessas subjetividades em um “movimento” nos mostra como a Superfície de Registro e Controle atua, também moldando subjetividades que deveriam apresentar um perfil para compor o movimento e usufruir dos ganhos do mesmo.

Eu acho que o que aconteceu foi que até a chegada da Cristina em 87, era a Superfície de Produção atuando. O pessoal morava nas ruas e vivia das ruas, não tinha uma identidade do movimento da população de rua, nem se usava esse termo. E tinha uma violência grande porque nesse momento da Superfície de Produção, a

Superfície de Registro e Controle vem e desce a bordoadá. Não tinha “A” população de rua... Aí qual o desafio pra quem vai escrever sobre a população de rua? Definição, perfil da população de rua: público heterogêneo, etc... Público ultra hiper heterogêneo. Não tem história de um movimento antes de 87, que veio de cima pra baixo, com a intervenção da igreja. Então, as forças que deram identidade ao movimento, vieram de fora pra eles... Até hoje tem muita gente que não se identifica, usa todos os serviços e diz: nunca fui população de rua. (técnico entrevistado)

Ainda que a fala do técnico reflita uma boa reflexão sobre a atuação das superfícies descritas por Deleuze e Guattari, pelo conhecimento do mesmo com relação à Esquizoanálise, não há como ignorar que, historicamente no Brasil, as populações mais excluídas dos processos de decisão e da organização social conseguiram se organizar e manifestar suas demandas através de entidades não-governamentais, especialmente as ligadas à ala um pouco mais progressista da Igreja Católica. Considerando que as superfícies e planos, para a Esquizoanálise, são imanentes, não há como esperar uma “pureza inventiva e produtiva” em nenhum movimento social. O objetivo da proposta da Pastoral era “conhecer, conviver, partilhar e apoiar organizações que surgissem da rua”. (fala de Cristina Bove Roletti presente em documento sem data e de autoria do Fórum de População de Rua encontrado na atual Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social). No mesmo documento, a metodologia de trabalho tinha como propostas: organizar equipes e encontrar grupos de apoio ao trabalho (não fica claro que tipo de grupo e que tipo de apoio eles buscavam); não individualizar o atendimento à população, caracterizando como prioridade as demandas coletivas; propor a organização de grupos na rua tendo em vista a formação de comunidades, que se reflete na organização para abertura da República Reviver e reconhecer a população como sujeitos protagonistas de qualquer organização. Identificados os grupos de maior concentração, o trabalho é marcado por celebrações e festas de caráter religioso e popular, além de atividades lúdicas como teatro, futebol e pagode. O espaço utilizado era sempre a rua. Vale ressaltar que o “Movimento Nacional da População de Rua” só se institucionaliza em 2004 no Festival Lixo e Cidadania. Um de seus componentes é hoje suplente no Conselho Nacional de Assistência Social representando os usuários da Política. Pela primeira vez, desde a criação do Conselho, usuários da Política de Assistência Social não são representados por dirigentes de entidades prestadoras de serviço ou de defesa de direitos. A importância da organização deste movimento para a garantia na qualidade dos serviços é de suma importância, pois, o planejamento das ações passa a contar realmente com a voz de usuários da política. Mas ao mesmo tempo em que o movimento ganha força e se institucionaliza, o aumento do número

de pessoas muito fragilizadas física e psiquicamente hoje nas ruas é muito citado em vários momentos.

A organização da Assistência Social como política pública transformou as lógicas da violência higienista, da benesse e da tutela na lógica da garantia dos direitos humanos e sociais. Com a responsabilização do Estado no provimento das condições materiais de vida da população e no acesso a serviços que garantam a autonomia e valorizem os vínculos sociais, a população de rua passa a ter um novo tratamento na cidade. A tão esperada democracia ganha vulto quando o gestor acolhe a demanda do movimento organizado pela Pastoral de Rua de implantar o atendimento a esse público em parceria com as entidades sociais que já realizavam um trabalho e cria o Fórum de População de Rua, como instância de discussão permanente das ações a serem desenvolvidas, e o Programa População de Rua ligado à então Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. O Programa se inicia com uma pesquisa com catadores de papel e a reivindicação de organização dos moradores de rua para criação da República Reviver no Orçamento Participativo. Além disso, renova o Convênio com o Grupo Espírita “O Consolador” para manutenção do atendimento no Albergue Noturno Municipal (conveniado desde 1992) e, em 1994 cria o Serviço de Abordagem, apostando na experiência da Pastoral de Rua de coletivizar as experiências individuais na própria rua e transforma a proposta da vivência mística cristã em trabalho técnico. A aproximação necessária entre técnicos e moradores de rua para construção de alternativas à vivência na rua, a escuta dos desejos, incômodos e necessidades do público passam a ser instrumento metodológico de atuação técnica da Política de Assistência Social. No início, a Abordagem tinha o objetivo de trabalhar com a organização coletiva dos moradores de rua, mas, aos poucos, os técnicos percebem que primeiro teriam que trabalhar caso a caso devido à intensa fragilidade física e psíquica dos sujeitos atendidos e a existência de três grupos distintos que necessitariam de metodologias diferenciadas: os sozinhos, em sua maioria portadores de transtorno mental cuja intervenção devia se dar, intersetorialmente, com a Saúde Mental; os grupos, formados, principalmente por dependentes de álcool e drogas e que causavam mais incômodo ao entorno devido ao uso dessas substâncias; e as famílias, que buscavam os viadutos para moradia por proporcionarem maior segurança e melhores condições de reprodução da vida privada. Em 1995, tem início uma intervenção planejada de atendimento a famílias que moravam no complexo viário do Bairro Lagoinha, que deu nome ao projeto: Projeto Lagoinha, que criou uma metodologia de abordagem a famílias que pressupunha a reconstrução de novos territórios de moradia. Percebeu-se aí a necessidade de criar alternativas a essas famílias e foi

criado o bolsa-aluguel, onde a prefeitura repassava uma bolsa para uma entidade através de convênio - no caso, a Cáritas Brasileira - que pagava o aluguel diretamente ao proprietário do imóvel e era fiadora das famílias no contrato de aluguel. Com essa mudança, o então Projeto Lagoinha passa a se chamar Se Essa Casa Fosse Minha. Posteriormente, o bolsa-aluguel se converteu no bolsa-moradia, programa legalizado pela URBEL que repassa diretamente ao beneficiário o valor de uma bolsa para pagamento de aluguel enquanto aguarda a concessão de uma unidade habitacional definitiva. O programa atende a moradores de rua e a desabrigados de chuva. Nova mudança de nome e o Se Essa Casa Fosse Minha passa a se chamar Serviço de Atenção Sócio-Familiar (SASF). Certamente, a opção de trabalhar caso a caso rompe com uma grande possibilidade de conexões coletivas para questões também coletivas.

Além disso, a prefeitura abre nova, ainda que pequena possibilidade de participação popular na definição do gasto dos recursos do Orçamento Público. São criados, através do Orçamento Participativo, a República Reviver, o Centro de Referência da População de Rua, a Creche da Associação dos Catadores de Papel e Materiais Recicláveis de Belo Horizonte (ASMARE), além da ampliação do atendimento no Centro de Saúde Carlos Chagas. Em 1998, o Serviço de Abordagem é regionalizado e passa a contar com equipes em quatro das nove regionais da cidade consideradas de maior incidência do público a ser atendido, quais sejam: Centro-Sul, Leste, Oeste e Noroeste. As outras cinco regionais seriam atendidas por uma equipe central. Posteriormente, em 2000, abre uma República para atender às mulheres do Albergue Noturno, em sua maioria portadoras de transtornos mentais, que se queixavam da pouca privacidade e do assédio constante dos homens. Com a abertura da República Feminina, o Albergue (conveniado com a então Secretaria de Desenvolvimento Social desde 1992) passa a atender só homens. A decisão de abertura da República Feminina, os critérios para atendimento e a escolha da entidade parceira não foram discutidos, mas comunicados ao Fórum. Isso gerou um conflito e uma discussão sobre a forma de administração partilhada e o poder de decisão que o órgão gestor tem de propor políticas de atendimento. O discurso democrático é um, mas sua efetivação é outra, como relata um dos técnicos entrevistados:

Eu acho que perdeu-se muito essa capacidade de discussão. Acho que o Estado, cada vez mais, vai buscando formas de fragmentar a relação com a sociedade civil. Você tem hoje que brigar para manter uma relação de parceria...parceria que foi historicamente construída em função de criar uma via para a política (o entrevistado se refere aqui à política de atendimento e ao fórum) . O Estado define, comunica e... É um negócio meio complicado.

Além disso, a Prefeitura passa a definir pontos na cidade que deveriam ser desocupados, especialmente baixios de viadutos. O Fórum se rompe, se desarticula e só volta a se reunir em 2003.

Atualmente, a Política de Assistência Social organiza as ações de atendimento à População de Rua, através dos seguintes serviços:

2.4.1: Serviço de Abordagem, que atende as pessoas na rua e visa a construção de alternativas a essa situação através de encaminhamentos à rede e reconstrução de laços sócio-afetivos, além de atuar na lógica da redução de danos. É o único serviço para a população de rua regionalizado e com atendimento a solicitações de qualquer cidadão. Essas solicitações, geralmente, partem de moradores do entorno onde alguém ocupe o espaço público. Compõe a Proteção Especial de Média Complexidade e seu corpo técnico é formado por um técnico concursado e por técnicos contratados por diversas entidades parceiras;

2.4.2: Centro de Referência da População de Rua, que objetiva ser um espaço de referência para o morador de rua onde ele possa fazer sua higiene, guardar seus pertences, lavar sua roupa, ter um endereço a fornecer para correspondência, participar de oficinas sócio-educativas para reflexão sobre sua situação e construção de propostas alternativas à situação de rua. É um serviço municipal, localizado na Regional Centro-Sul, também de média complexidade. Funciona em parceria com a Pastoral de Rua e o aluguel do espaço onde funciona é pago pela Secretaria de Administração Regional Centro-sul.

2.4.3: República Reviver, que constitui moradia temporária para homens sozinhos e que tenham condições de inserção no mercado de trabalho para contribuírem na manutenção e organização da casa. Funciona em parceria com a Pastoral de Rua e compõe a Proteção Especial de Alta Complexidade. No convênio, não existe repasse de recursos para a manutenção da casa. A Prefeitura fornece material de limpeza e a Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP) se responsabiliza por pequenos consertos na estrutura da casa. O café da manhã foi garantido por um aditivo no convênio do Centro de Referência da População de Rua e o Restaurante Popular envia a “sobra” do almoço para os moradores sendo que são enviados arroz e feijão, somente, e de segunda a sexta. No fim de semana o almoço é coletivo e propiciado pelos próprios moradores.

2.4.4: República Maria Maria, que constitui moradia temporária para mulheres sozinhas ou acompanhadas de seus filhos de até seis anos. Desde o início de 2009, o

Ministério Público proibiu a permanência de crianças na casa com a avaliação de que a casa era imprópria para presença de crianças, pelos aspectos arquitetônicos da casa e pela ausência de quartos individuais para as mães e seus filhos, obrigando as crianças a dormirem com portadoras de sofrimento mental e dependentes químicas. As mulheres não precisam colaborar na manutenção da casa, só na sua organização. Funciona em parceria com o Grupo Espírita O consolador e compõe a Proteção Especial de Alta Complexidade. Há fornecimento de alimentação completa para as mulheres e seus filhos, incluindo lanche no meio da manhã e no meio da tarde e leite.

2.4.5: *Albergue Noturno Municipal*, que oferece pernoite, jantar, higienização e café da manhã para homens adultos, além de atendimento e acompanhamento social. Funciona em parceria com o Grupo Espírita O consolador e compõe a Proteção Especial de Alta Complexidade. Oficialmente, há vagas para 300 homens, mas chega a atender 370 em dias de muito movimento com colchões espalhados pelo chão do estabelecimento.

2.4.6: *Abrigo São Paulo*, que oferece pernoite, jantar, higienização e café da manhã. É gerenciado pela Sociedade São Vicente de Paula e, apesar do convênio estabelecido com a Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social, essa não tem gerência sobre o atendimento. Atualmente, não atende portadores de sofrimento mental, ainda que os mesmos vivam nas ruas e o convênio foi suspenso para análise no mês de maio de 2009.

2.4.7: *Serviço de Atenção Sócio Familiar*, que realiza acompanhamento social das famílias com trajetória de rua inseridas no Programa Bolsa-Moradia da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL), que garante a transferência de uma bolsa de trezentos reais para as famílias para pagamento de aluguel enquanto essas aguardam a transferência para uma unidade habitacional definitiva cedida pela Secretaria Municipal de Habitação.

Alguns dos serviços para a população de rua, obedecendo à lógica da subjetivação para formatação, ainda apresentam formas disciplinadoras de administração do tempo e do comportamento dos sujeitos, propondo sanções disciplinadoras chamadas educativas na tentativa de captura desses sujeitos para que o objetivo de saída das ruas seja cumprido. Além disso, podemos detectar que as questões relativas a gênero são definidoras de critérios de inserção nos serviços, especialmente nas Repúblicas. Espera-se dos homens a inclusão no mundo do trabalho e das mulheres que elas cuidem dos filhos. Interessante destacar que, na época de discussão sobre a criação de uma república para mulheres, era detectada a importância de que ela pudesse abrigar mulheres com filhos, uma vez que muitas mulheres

viviam nas ruas com eles e eram as responsáveis pelo seu cuidado. Mas era necessário definir uma idade cronológica rígida para esta inclusão, já que, segundo alguns componentes do grupo de discussão, a partir dos sete anos a criança se sexualiza e a convivência de meninos em uma casa de mulheres podia “comprometer” a sua sexualidade. Esse fato demonstra a concepção de subjetividade que é incorporada pelo poder público e pela entidade parceira no empreendimento - o Grupo Espírita “O Consolador”. Uma concepção que considera a subjetividade como estrutura que se desenvolve cronologicamente e de forma universal, desconsiderando que processos de subjetivação podem ser desenvolvidos e trabalhados com estratégias de intervenção que visem proporcionar aos sujeitos a vivência da sexualidade independente do número de pessoas deste ou daquele sexo em seu entorno cotidiano.

Embora esse seja o critério oficial para inclusão nas repúblicas, a experiência profissional obtida no trabalho com esse grupo de pessoas demonstra que outros fatores levam à expectativa de uma nova organização da vida fora das ruas. Para as mulheres, a esperança de vivenciar formas tradicionais de amor e família se coloca como preponderante nos objetivos de vida futura, ainda que muitas se queixem dos relacionamentos anteriores e invoquem a violência dos companheiros e o fracasso no cuidado com o outro como fatores que as levaram às ruas. A idéia do “amor romântico” que as retire de uma situação de sofrimento material e psíquico é comumente relatado. Giddens nos aponta em sua reflexão sobre o desenvolvimento do amor romântico que

Um romance não era mais, como em geral havia sido antes, uma invocação de possibilidades especificamente reais em um reino de ficção. Em vez disso, converteu-se em uma via potencial para o controle do futuro, assim como uma forma de segurança psicológica (em princípio) para aqueles cujas vidas eram por ele afetadas. (GIDDENS, 1993, p.52)

Assim, a construção de um ideal de amor que regule seu futuro e de seus filhos passa a ser certa “esperança de vida”, ainda que signifique a subordinação ao lar. Aquelas mulheres que manifestam propostas diferentes deste ideal familiar sofrem o estigma da “desfeminilização”.

Em contrapartida, os homens devem se debruçar na busca pelo trabalho e, muitas vezes, verbalizam as dificuldades em se integrar ao universo masculino pelo fracasso no cumprimento do papel de provedor. Reconhecem a possibilidade de retomada de vínculos familiares rompidos, desde que consigam contribuir permanentemente com as despesas materiais de seus arranjos familiares de origem. As causas do abandono desses vínculos e a decisão de viver nas ruas são, muitas vezes, relacionadas a feridas construídas singularmente

por representações vividas socialmente. A traição da mulher e a incapacidade de prover bens materiais são tomadas como recorrentes fatores de rompimento por fazer com que eles se sintam diminuídos em sua masculinidade.

Obviamente, os fatores relatados pelas mulheres e pelos homens se misturam no cotidiano dessas pessoas e traduzem processos de subjetivação disparados a partir da exigência de ocupação social dos lugares de dominação, obrigação e compromisso que cada gênero deve assumir. As trocas são efetivadas a partir, também, de uma “identificação” de homens e mulheres que vivenciam a vida nas ruas construída pelos próprios serviços que são exclusivos para esse público. Segundo Perry Scott (1999), essa rede de trocas pode gerar um jogo onde as pessoas pertencentes a determinados grupos com experiências semelhantes são iguais entre si, mas diferentes dos outros. O trabalho com os fluxos que atravessam, então, o cotidiano nesses serviços devem ser cuidadosamente trabalhados para que a lógica da identidade não suprima as vivências singulares da feminilidade e da masculinidade.

3: CARTOGRAFIA DAS VIVÊNCIAS “DA” E “NA” RUA

Compreendendo a estreita relação entre os fluxos que atravessam e transversalizam a cidade e a produção de subjetivação nos moradores de rua (reconheço aqui que já estou utilizando um nome que reduz uma vivência singular à questão da moradia), uma nova forma de atuação com relação a esses sujeitos pode ser pensada e produzida. A Análise Institucional oferece um método de intervenção e compreensão da realidade que pode deslumbrar a forma como o aparato institucional opera no cotidiano da rua, produzindo e reproduzindo ações e influenciando nos processos de subjetivação ou assujeitamento do público em questão. Como metodologia de pesquisa, a Análise Institucional propõe a identificação de analisadores que podem desvendar como o instituído e o instituinte operam e compõem a realidade estudada e eleita como Campo de Análise (no caso desta pesquisa, o cotidiano das ruas e dos serviços de atenção ao público que vivencia esse modo de existência). Assim, o levantamento histórico do surgimento do atendimento à População de Rua na cidade de Belo Horizonte, feito pelo poder público em parceria com grupos religiosos, constituiu fundamental etapa para a compreensão do campo de análise e determinação de alguns analisadores que podem ter se instaurado como territórios na relação desses sujeitos com a rua. Para tanto, análise de documentos e entrevistas com pessoas que “fundaram” esse atendimento forneceram material de pesquisa.

Com o entendimento de que as pessoas que experimentam a vivência na rua comportam uma multiplicidade de fluxos e territórios que constituem seus processos de subjetivação, seria necessário pensar uma metodologia de pesquisa que proporcionasse a percepção desses fluxos e territórios e como eles influenciam tal experiência. Assim, a observação participante nas ruas e nos serviços de atenção à população de rua foi de grande valia, aliada às entrevistas semi-estruturadas com moradores de rua, ex-moradores de rua, trabalhadores dos serviços de atenção a este público e pessoas que iniciaram a institucionalização deste atendimento na cidade. Embora a observação participante pressuponha um contato freqüente com o “estranho”, as experiências não se pautaram pelo número de visitas, mas pela intensidade das mesmas e as afetações provocadas por elas em mim e nas pessoas envolvidas. E o estranhamento geralmente descrito pelos pesquisadores que utilizam esta técnica não aconteceu pela familiaridade da pesquisadora com os serviços e com as pessoas envolvidas, embora seja sempre necessário “estranhar o familiar e familiarizar o estranho” e, no meu caso seria mais necessária a força para estranhar o familiar. Tarefa difícil a ser cumprida para alguém que trabalhou muito tempo com esta população

As imagens ao observar a cidade são muitas... Muitas conexões faço ao ser afetada ou ao ser indiferente ao que vejo. Das muitas imagens que tenho da observação da cidade, especialmente com o olhar de pesquisadora, muitas se confrontam e se misturam a imagens antigas. A imagem que vejo agora da Praça da Estação é a que tem me afetado recentemente. Vejo um lindo prédio bem conservado que guarda a memória da cidade e nos lembra que há um tempo-horário a ser cumprido. Há uma fonte, uma pavimentação insípida, pessoas circulando e guardas municipais... Muitos deles. À frente, a avenida movimentada, reformada e com pistas novas construídas sobre o leito do ribeirão que atravessa grande parte da cidade. Ao atravessar a avenida há um terminal de ônibus. Preocupados com a manutenção de um título antigo de “cidade jardim”, os projetores do terminal se esqueceram que ele deveria garantir o embarque e desembarque de usuários do transporte público com segurança em via pública. Os jardins obrigam muitos desses usuários a descerem no meio da rua, pois, as muretas enfeitadas com plantas e flores impedem que eles o façam. Chegamos a outra praça, com lindos jardins, bancos, esculturas, piso rosa, pequena bica de água potável. Nenhum morador de rua. Em vários momentos de convivência, no processo de observação participante, ouvi reclamações da impossibilidade de se permanecer na Praça recém-reformada que aglutinava esse público pela proximidade com o centro e pela presença da bica onde eles podiam se refrescar e lavar roupa. “Se você sentar com uma sacola na mão eles te olham... se você ameaçar deitar num banco, eles mandam sair”. (Diário de Campo, 14 de fevereiro de 2009). Os usuários se referem aos guardas municipais motorizados, montados em uma maquininha de duas rodas que possibilita que eles se desloquem com facilidade. Essa visão me remete a duas imagens. Uma a de que eles estão sobre enceradeiras e que ao se deslocarem para manter a ordem na praça vão encerando o chão para os que têm permissão para freqüentá-la possam ter sempre um lugar limpo. Outra, a imagem dos “bombeiros” de um filme de François Truffaut de 1966: *Fahrenheit 451*. O filme retrata uma hipotética sociedade futurista onde militares motorizados (como os guardas de Belo Horizonte) patrulhavam a cidade em busca de infratores. A infração era ler ou possuir livros como uma óbvia referência ao evento fascista de queima de livros de autores considerados “impróprios” que ficou conhecido como *Fahrenheit 451*. Conexões...

No cotidiano do Centro de Referência da População de Rua percebi que ele realmente se constitui como um espaço de referência para muitas pessoas, não necessariamente moradores de rua. Esses se misturam a catadores de papel que possuem moradia, mas trabalham para depósitos no entorno e utilizam o centro para higiene pessoal e lugar de descanso e a migrantes que chegam à cidade e são encaminhados pela rodoviária para terem

um lugar para se higienizar e guardar seus pertences. São orientados a aguardar um armário que nem sempre está disponível. As regras de convivência internas são permanentemente discutidas com os usuários. Uma delas é a proibição do uso de álcool e outras drogas no interior do equipamento. Vários usuários são vistos fazendo uso dessas substâncias nas imediações do centro e entram no equipamento, o que causa certo mal-estar em outros usuários.

Eu não gosto do Centro de Referência... não tenho nada contra o pessoal que trabalha lá, pelo contrário. Mas sou um alcoólatra tentando me recuperar. Então, é proibido beber e usar droga lá dentro, mas do lado de fora muita gente usa... isso me incomoda porque preciso ficar sem a cachaça. Então, preferia ficar distante, ia lá pra tomar banho e conversar. (usuário entrevistado)

O respeito e carinho pelos técnicos de todos os serviços é sempre destacado pelos usuários, o que demonstra que a metodologia utilizada constrói um laço necessário ao desenvolvimento de qualquer trabalho técnico. Mas, por outro lado, isso pode ser um risco, já que as sugestões para modulações dos processos de subjetivação podem ocorrer em obediência a alguém por quem eles estabelecem confiança, não por ser desejo do próprio traçar esta ou aquela estratégia para se reterritorializar. Essa obediência me pareceu clara na festa de fim de ano do Centro de referência, que além de ser uma festa de encerramento das atividades do ano comemora o aniversário do serviço. As festas de que já tinha participado anteriormente eram confusas, muitas filas para pegar o lanche, brigas, muitos alcoolizados e a presença dos técnicos dos outros serviços era grande. Nesta última, tudo muito bem organizado, o lanche distribuído já na entrada, menos gente, quase nenhum técnico de outros serviços. Nenhuma briga. (Diário de Campo, 12 de dezembro de 2008). A habilidade adquirida pela equipe para evitar confusão e conflito durante a festa pode traduzir o que Foucault vai chamar de “docilidade dos corpos”. Mas para os integrantes das oficinas é o grande momento de mostrar a materialização de suas transformações subjetivas. Música, teatro, dança, vídeo, mosaico... Tudo remete à produção de novas subjetividades a partir de expressões artísticas que, ainda que tenham orientação de monitores, são estratégias de manifestação de não-ditos, de expressão de si.

Com relação ao público que não frequenta os equipamentos, notamos a presença de um grande número de pessoas debilitadas física e psiquicamente e dominadas pelo torpor das drogas como destaca um técnico entrevistado “Quem sobrou na rua hoje? Os ‘manguaça plus’, com muitos anos de rua, caidões e grupos super perigosos, agressivos, além dos completamente doidos”. Raro encontrar famílias, já que a ação de retirada das famílias dos

viadutos e sua inserção no bolsa-moradia diminuiu o número de famílias nas ruas. Os viadutos desocupados foram fechados para impedir novas ocupações. Mas esse é um retrato da região mais central da cidade. As periferias continuam abrigando grupos e famílias nas ruas. As famílias tendem a buscar lugares que oferecem maior proteção, como os viadutos e muitas não se reconhecem como moradores de rua. Morar no baixio de viaduto é como morar na favela, incluindo as alternativas de utilização informal de água e luz. E, se antes, a equipe de abordagem concentrava sua ação na relação estabelecida com o público nas ruas, hoje percebemos uma tendência a atrair o usuário nas sedes das regionais, em ambiente mais organizado e institucionalizado, como me relata informalmente um técnico deste serviço em momento de observação participante:

A gente quase não faz mais abordagem na rua... ou a gente vai e já convida as pessoas para irem à Regional ou os ‘jalequinhos azuis’ mandam eles saírem das ruas e irem na Regional pra gente atender (Diário de Campo, 12 de dez. 2008)

O técnico se refere à Gerência de Ações Sociais para o Hipercentro, presente apenas na Regional Centro-Sul, que faz um trabalho com a população de rua com vistas ao impedimento de ocupações de logradouros públicos que usa um jaleco da prefeitura de cor azul. Coincidência ou não, chamou minha atenção que Patrick Declerck (2006) relate em sua experiência em Paris, já citada neste trabalho, que os responsáveis pelo “recolhimento” de moradores de rua na capital francesa também sejam conhecidos como “azuis” em referência à cor de seus jalecos. A existência desta equipe em Belo Horizonte demonstra a superposição de ações e reforça o retorno de uma prática de higienização da cidade. “Voltou essa coisa da prefeitura que bate e a prefeitura que ajuda” (mesmo técnico na mesma ocasião). As análises de Declerck também apontam essa superposição.

E há um consenso entre as pessoas que falaram à pesquisadora em vários momentos do trajeto percorrido de que o público que está nas ruas está cada vez mais fragilizado, com um grande número de loucos nas ruas e um grande contingente de dependentes químicos que não conseguem se tratar na rede pública pelos critérios e metodologias utilizadas. A concorrência entre despertar o desejo para o tratamento e a facilidade do torpor para suportar a existência é um desafio colocado para as políticas de saúde e de assistência social. Um morador da República Reviver disse da sua dificuldade em se manter sóbrio, mesmo estando em uma moradia temporária e frequentando o Centro Mineiro de Toxicomania, organização responsável hoje na rede pública por referenciar usuários de álcool e drogas. Estive com ele em alguns momentos distintos. Destaco dois: a vivência de um almoço comunitário na própria

República, que é realizado coletivamente pelos moradores todos os sábados, e uma capacitação para técnicos da Pastoral e da Prefeitura e integrantes do chamado “Movimento da População de Rua” em que fui convidada para apresentar a eles o SUAS. Nos dois momentos de convivência e também na entrevista que ele me concedeu ele repetiu a mesma preocupação de formas variadas. Aqui reproduzo o depoimento gravado na entrevista:

Como eu posso me organizar em um ano e meio na República se eu levei tanto tempo me entregando ao álcool? Eu tenho vontade de beber. E, às vezes, tenho recaídas. Na última eu quebrei a perna... Mas o pessoal da República é legal, deixaram eu voltar e cuidam de mim. Mas e quando meu tempo acabar? O que vou fazer? (usuário entrevistado)

A preocupação com o tempo de permanência nos serviços é uma constante para vários moradores. Enquanto cozinhavam no almoço comunitário, eu os acompanhava na cozinha e eles elogiavam o serviço, as pessoas que lá trabalham e diziam: “Pena que isso acaba pra gente muito rápido”. A inserção em atividade produtiva é um critério para permanência na República Masculina. E a atividade mais comum é de “chapa de caminhão”, nome dado àqueles que auxiliam na carga e descarga de caminhões. Essa atividade requer força física para seu desenvolvimento e, muitas vezes, eles não têm refeição no dia para dar conta do serviço. Nem sempre chega comida do Restaurante Popular, às vezes, chega estragada. Se pensarmos nas soluções práticas que o poder público poderia estabelecer para resolver essa questão, impossível não pensar na constante idéia de serviço pobre para pobres. A propaganda política de Segurança Alimentar da Prefeitura, que fornece alimentação completa para Entidades de Educação Infantil, Abrigos para Crianças e Adolescentes e Instituições de Longa Permanência para Idosos podia incluir os serviços para a População de Rua. Reforça-se a modulação de um sujeito que tem por obrigação trabalhar, sejam quais forem as condições apresentadas.

Mas as estratégias de que a vivência coletiva seja prazerosa e produtiva também é perceptível. Os alimentos necessários à execução do almoço comunitário são comprados com a contribuição que os moradores dão à casa, o cardápio é escolhido coletivamente a partir do dinheiro disponível e do talento de alguns para a cozinha. O preparo da comida é feito em ambiente organizado, com tarefas definidas sem obrigatoriedade e o clima é de alegria e descontração. Falavam de futebol, brincavam com as habilidades e inabilidades de alguns para o manejo dos instrumentos de cozinha e, alguns, estavam preocupados com o horário do almoço porque queriam ir ao desfile da “Banda Mole”, marca do carnaval de rua na cidade. (Diário de Campo, 14 de fevereiro de 2009). Fluxos iminentes de preocupação com o

enquadramento e a produção na festa, na partilha de momentos em que não se excluem da alegria na cidade.

Já no Albergue, o número de pessoas/dia é grande, com uma média de 300 pessoas por noite e as características de institucionalização são mais presentes e a socialização, aparentemente, mais ausente. O lugar é um grande galpão, dividido entre quartos, banheiros, quadra de esportes, refeitório e cozinha, localizado na entrada de uma grande favela: a Pedreira Prado Lopes. Diariamente, o movimento de entrada dos atendidos se dá no mesmo local onde um grupo de pessoas se reúne para fumar *crack*, a 200 metros da Delegacia da Polícia Civil. A localização, o aspecto físico, a ausência de lençóis, travesseiros e fronhas, a comida servida em pequenas bacias de plástico e a distribuição de colchões pelo chão em dias frios em que a procura aumenta são analisadores do tipo de atendimento que se pretende dar ao público. E só não dorme lá quem não quer, segundo o ex- Prefeito Fernando Pimentel. O ex-Prefeito só esqueceu que a instalação de uma lavanderia seria suficiente para proporcionar aos usuários roupa de cama limpa todos os dias e que as instruções da Vigilância Sanitária (órgão da própria Prefeitura responsável por analisar e fiscalizar condições propícias à saúde) quanto à utilização de utilitários plásticos diz que eles são anti-higiênicos e disseminadores de doenças facilmente combatidas com utilização de outros materiais.

4:CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a população de rua, objeto dessa dissertação, não esteja confinada numa instituição fechada, pois a sua territorialidade física é precisamente extramuros, salvo em momentos de frequência aos equipamentos socioassistenciais, e a ausência de uma rotina produtiva seja comum, as análises de Foucault servem precisamente porque indicam que, por mais importante que seja o caráter fechado ou semifechado do manicômio, da prisão, da escola, da fábrica, do abrigo ou albergue ou da família, o essencial é do que dizem as paredes, as grades, as carteiras enfileiradas, a linha de montagem, a porta destrancada do quarto, as camas/ beliches enfileiradas e em grande número enquanto arquiteturas que abrigam olhares que dizem: “conforme-se às normas”. E não é exatamente essa voz que fala por múltiplos canais, numa repetição compulsiva e sem-sentido para os moradores de rua, quando se distribuem nas praças vigilantes, motorizados ou não, que abordam tipos e comportamentos, quando se constroem serviços sem inventividade, quando se transfere todas as atividades (banho, higiene e até a conversa) para espaços fechados, enfim, quando se proíbe o “desvio das ruas”? Independentemente dos prós e contras das políticas de vigilância, proteção, promoção e cadastramento dos moradores de rua, o certo é que só se concebem tratá-los dentro de uma mesma linhagem de poder que tem como sentido único o enquadramento institucional e a normalização das condutas. O trabalho, a família e a organização em um movimento que garanta direitos para todos ecoam diariamente em seus ouvidos.

Isso gera um assujeitamento que, às vezes, leva à anti-produção e a entrega total ao descuido e à frustração. A pressão para institucionalizar-se, em alguns, provoca vontade de mudança e produção de novos modos de existência que sejam singulares, embora sem uma total desterritorialização. Em outros, leva à morte. Ainda que seja a morte do sujeito em um corpo entorpecido entregue à calçada. O preço pela desterritorialização total é alto e alguns querem pagar. E alguns estão num “entre” modelos possíveis. Certamente, os critérios de inclusão e desligamento dos serviços de abrigamento e moradia servem à lógica foucaultiana de enquadramento. Pesa a inserção no mundo do trabalho como instituição que mais atravessa uma pressuposta vontade de reconstrução da vida fora das ruas. Mas esta expectativa é contraditória ao mundo do trabalho hoje. O espaço do “emprego” e suas garantias de proteção estão cada vez mais frágeis e escassos e contar com a organização de um público que escapa à formatação em torno do trabalho pode parecer crueldade. E é. Essas exigências acabam por atravessar os processos de subjetivação de forma a torná-los mais expostos à entrega ao álcool

e à desistência da vida. Se esses processos são atravessados ou potencializados, podemos analisar que as “idas e vindas” dos mesmos sujeitos para a rua tem a interferência das instituições que têm proporcionado essa inconstância. Em alguns momentos, o sujeito quer sair da rua, seja por intervenção técnica, seja por uma proposta de atividade produtiva. Como tudo isso é frágil para ele, a qualquer decepção ele volta para a rua. Talvez porque o movimento tenha se dado em torno do desejo do técnico, ou talvez porque a rua seja realmente um vício. A rigidez dos critérios de inserção e desligamento e o estabelecimento de uma temporalidade de permanência estão colocados “em xeque” para a Política de Assistência Social. Em um mundo que se organiza em torno da exploração do trabalho e estabelece requisitos cada vez mais rígidos para inserção, estabelecer prazos de “organização dos sujeitos” parece desconhecimento sobre o público atendido. A convivência de portadores de sofrimento mental nas repúblicas (casos raros na masculina e maioria na feminina) tem demonstrado que ela colabora na organização de seus novos territórios, mas eles nem sempre são aceitos por não cumprirem pré-requisitos institucionais, como a capacidade para o trabalho, por exemplo, ainda que com o Benefício de Prestação Continuada garantido pela Lei Orgânica da Assistência Social possam contribuir na casa. Persiste uma idéia equivocada de separação entre “normais” e “loucos” e uma discussão muito burocrática de quem é a responsabilidade institucional de atendimento aos loucos, a Saúde ou a Assistência Social? A resposta é sempre óbvia para aqueles que entendem o papel do Estado no provimento de condições de vida da população: as duas políticas são responsáveis e devem dar conta das singularidades dos sujeitos.

Pensando na Teoria do Desvio de Demócrito, que bom que alguns átomos escapam do controle! Muitos dizem não à institucionalização e ao poder de enquadramento do Estado. E como a cidade é um rizoma, o respeito à singularidade devia ser defendida com ênfase pelo Poder Público, se esse realmente se interessasse por isso. Talvez a maior dificuldade do morador de rua seja ser aceito como integrante da paisagem da cidade e, para o Estado, assumir que pode reduzir os danos dessa permanência nas ruas publicamente seja contrário aos interesses políticos de alguns, mas respeitaria realmente as singularidades do público em questão. A saída das ruas como critério de avaliação de sucesso da política esbarra no que o próprio Ex- Prefeito Fernando Pimentel deixou escapar: existe um querer, um desejo que impulsiona o sujeito a viver nas ruas e cabe ao Estado fornecer a ele condições para que sobreviva nesta situação.

A forma de organização da Política de Assistência Social em torno de conveniamento traz, ainda, atravessamentos de ideologias ligadas à religião dependendo da entidade parceira.

Além disso, são encontradas, em um mesmo serviço, pessoas contratadas por diversas entidades, com salários diferenciados e cargos com nomenclaturas distintas para a execução da mesma tarefa. Se a transdisciplinaridade fosse assumida como requisito para o trabalho técnico isso até seria um avanço. Mas essa disparidade traz um incômodo cotidiano nos técnicos que se queixam dessas diferenciações e se sentem diminuídos pela diferença salarial. Em uma rede pública (ainda que convenial) com cerca de 90 funcionários, somente um é funcionário público concursado. Os serviços executados em parceria com a Pastoral de Rua, por exemplo, acabam apostando mais na coletividade pela vivência mística em torno de um Cristo que se desdobra em todos os integrantes desta coletividade. Os serviços conveniados com O Consolador, ainda mantêm uma ligação com a caridade pelo princípio espírita de que “fora da caridade não há salvação”. Fluxos que atravessam. Mas, embora possamos encontrar uma ligação com a benesse que impregna a Assistência Social até hoje, esse princípio tem garantido que muitas pessoas sobrevivam nas ruas por terem ao menos uma refeição no dia distribuída em nome da caridade. Fluxos de transversalidade. A dificuldade da Sociedade São Vicente de Paula em aceitar os portadores de transtorno mental no Abrigo São Paulo é uma realidade que faz com que muitos durmam nas ruas por serem vítimas de preconceito neste equipamento e dificulta a ação dos técnicos que têm como objetivo construir alternativas de vivência fora das ruas. Ele consegue movimentar o sujeito para um pernoite com maior conforto e segurança, mas o mesmo é impedido por demonstrar “comportamento inconveniente com as regras da instituição” (justificativa apresentada pelo Abrigo em relatório de caso). Isso vem reforçar uma idéia liberal muito presente da vontade individual de mudança, ainda que algumas organizações defendam os avanços coletivos em torno de um movimento. Mas para fazer parte do “movimento” ele precisa estabelecer um compromisso tácito com essa população e se identificar com a “População de Rua”, o que parece meio deslocado da discussão da democracia progressista, ainda que haja um respeito ao “tempo” do sujeito... Mas esse tempo, ainda que respeitado, deve ser um tempo de enquadramento aos princípios e modulações exigidos pelas instituições. Pode demorar, desde que se enquadre.

Mas os serviços demonstram todo o tempo que podem ser o lugar dos encontros e de construção das linhas de fuga preconizadas por Deleuze e Guattari. Há uma alegria presente no cotidiano dos mesmos, pessoas que se ligam para dividir um aluguel, novas vivências do amor, resistência à modulação com propostas descoladas do modelo instituído de família, respeito às formas de cuidado com as crianças sem a pressão da institucionalização das mesmas, rompendo com a idéia de que moradores de rua são incapazes de cuidar de suas crianças só por estarem nas ruas.

Mas a necessidade da adequação em torno de vínculos familiares e do trabalho são marcas indelévels no cotidiano dessas pessoas e nas alternativas buscadas pelos técnicos. Os que não se enquadram “sobram” nas ruas à espera de um cuidado que está cada vez mais restrito à domesticação. O desvio das ruas é praticamente proibido. As pessoas são expulsas do centro e aumentam o contingente de pessoas nessas condições em regionais periféricas. Regionais distantes do centro têm recebido equipes de educadores para atender ao aumento das pessoas ocupando as calçadas das periferias em condições muito precárias, com relatos de violência institucional para saída de logradouros públicos na área central. (Diário de Campo, 18 de dezembro de 2008). Uma fundadora entrevistada reflete sobre essas retiradas constantes e os efeitos que isso produz nas subjetividades:

E eu acho o pior não é só você retirar a pessoa daqui e por em outro lugar. É como ele se sente... Ele se sente o próprio lixo sendo jogado... Joga pra cá, joga pra lá, um objeto que está sendo jogado... É lixo que está incomodando a cidade. É isso que passa pra eles... Isso está destruindo as pessoas... Nenhum de nós viveu essa situação de exclusão, não sabemos a ferida que ficou. As feridas são muito profundas da situação de exclusão.

Rolnik vai chamar a atenção para a produção na sociedade capitalista atual de tipos de subjetividades que ela chama de ‘subjetividades-luxo’ e ‘subjetividades-lixo’. O capital captura modos de existência e resistência construindo territórios-padrão para se reproduzir, resistindo negativamente à invenção e à produção e conservando modelos homogeneizados de vida:

Verdadeiras ‘identidades prêt-à-porter’ facilmente assimiláveis, acompanhadas de uma poderosa operação de marketing que cabe à mídia fabricar e veicular de modo a fazer acreditar que identificar-se com essas estúpidas imagens e consumi-las é imprescindível para que se consiga reconfigurar um território... território de uma ‘subjetividade-luxo’. Isto não é pouca coisa, pois fora desse território corre-se o risco de morte social, por exclusão, humilhação, miséria, quando não por morte concreta; o risco de cair na cloaca das ‘subjetividades-lixo’ - com seus cenários de horror feitos de guerra, favela, tráfico, seqüestro, fila de hospital, criança desnutrida, gente sem teto, sem terra, sem camisa, sem documento, gente ‘sem’. (ROLNIK, 2004, p. 229-230)

Por maiores que sejam os avanços no sistema de proteção oferecido pela Política de Assistência Social, há muito que se avançar na compreensão do público das ruas. Comida e cama não são suficientes para subjetividades tão destruídas pelas drogas e vivências de violência de todos os níveis. O “Movimento Nacional da População de Rua” tem garantido muitos avanços e a Política Nacional para a População de Rua conta com a participação de vários integrantes dos atendimentos em Belo Horizonte... Mas os atravessamentos continuam

muito presentes. Belo Horizonte participa dessas discussões com importantes contribuições da vivência do atendimento na cidade, mas a Prefeitura insiste em inaugurar um serviço de atendimento a migrantes e moradores de rua em um lugar totalmente inadequado, rompendo com as diretrizes de albergamento proposto pelo “movimento”, que defende um modelo de hospedaria para no máximo cinquenta pessoas. Belo Horizonte quer reformar o antigo Abrigo Belo Horizonte, atualmente conhecido como Centro de Atendimento ao Migrante, para atender cerca de 400 pessoas, entre moradores de rua, migrantes e famílias em situação de risco em um ambiente nada propício para qualquer atendimento que queira romper com a lógica da adequação, enquadramento e reprodução do capital em suas formas mais perversas.

Diante desta “denúncia indignada” da pesquisadora no fechamento do trabalho, faz-se necessário cumprir uma etapa importante da metodologia proposta pela Análise Institucional: a auto-análise da implicação. Certamente, em muitos momentos, afora a preocupação com os conceitos teóricos, a técnica que compôs este atendimento por tanto tempo se sobrepôs às análises da pesquisadora. Entendendo os fluxos de militância que compõem meus processos de subjetivação, essa dissertação acabou por dar voz ao corpo técnico e suas inquietações e se transformou em um ato político, sabendo que o Estado se materializa também nas ações técnicas com as quais temos grande responsabilidade. Somos agentes responsáveis pela materialização do papel do Estado. Mas o desinteresse do Estado com as instâncias democráticas de construção coletiva das políticas se tornou também um grande incômodo atravessador da qualidade dos serviços e a quem eles devem respeitar e, realmente, atender.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carmen Lícia Macedo de. **Benesse ou Outorga? Dádiva ou Direito? O Impacto das Representações da Assistência Social no imaginário da Sociedade.** Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

BAREMBLITT, Gregório. **As Clínicas do Esquizodrama.** Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari, mimeo, 2007.

BAREMBLITT, Gregório. **Compêndio de Análise Institucional e outras Correntes: Teoria e Prática.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

BAREMBLITT, Gregório. **Introdução à Esquizoanálise.** Belo Horizonte: Biblioteca do Instituto Félix Guattari, 1998.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Lei 8.029/2000, de 6 de junho de 2000. **Lei de Atenção à População de Rua.** DOM, Belo Horizonte, 7 jun. 2000.

BRASIL. Lei 8.742/93, de 7 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social.** Diário Oficial da União, Brasília, 8 dez. 1993.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social e Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS.** Brasília, nov. 2005.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **2º Censo da População de Rua e Análise Qualitativa da Situação dessa população em Belo Horizonte.** MDS, Belo Horizonte, 2006.

BURSZTYN, Marcel (org). **No Meio da Rua: Nômades, Excluídos e Viradores.** Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social- Uma Crônica do Salário.** Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

DECLERCK, Patrick. **Los Náufragos: Con Los Indigentes de París.** Madrid: Asociación Española de Neuropsiquiatria, 2006.

DELEUZE, Gilles. **Conversações.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. e GUATTARI, Felix. **O Anti-Édipo – Capitalismo e Esquizofrenia.** Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.

DELEUZE, Gilles. e GUATTARI, Felix. **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995/1997. 5V.

FARENHEIT 451. Direção François Truffaut. Produção: Lewis M Allen. Intérpretes: Oskar Werner, Julie Christie, Cyril Cusack, Anton Diffring, Jeremy Spenser, Bee Duffell, Alex Scot

e outros. Roteiro: François Truffaut e Jean-Louis Richard. Cheshire: Anglo Enterprises. (112 min.), som, color.

FERREIRA NETO, João Leite. **Processos de subjetivação e novos arranjos urbanos**. Revista de Psicologia da UFF. Vol. 16, n. 1, 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Eletrônico Aurélio Versão 5.0**. Positivo Informática, 2004.

FOUCAULT, Michel. O que é Iluminismo. In: **Ditos e Escritos: Estratégia, Poder- Saber Vol IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **O que é a Crítica**. Versão Eletrônica. Disponível em www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault. Acessada em 18 de dezembro de 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. – História da Violência nas Prisões. Petrópolis: Ed.Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GUATTARI, Félix. Restauração da Cidade Subjetiva. In: **Caosmose**. São Paulo: Ed.34, 1992.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Cartografias do Desejo**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1986.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

GIDDENS, Anthony. O Amor romântico e outras ligações. IN: **A Transformação da Intimidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

HARDT, Michel e NEGRI, Antonio. **Império**. São Paulo: Record, 2001.

KAFKA, Franz. **O Processo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ORLANDI, Luiz B. L. Morada do Ente. In: LINS, Daniel & PELBART, Peter Pál (orgs). **Nietzsche e Deleuze: Bárbaros, Civilizados**. São Paulo: Annablume, 2004.

PELBART, Peter Pál. A Cidade Virtual. IN: **Anais. A cidade Vivente**: subjetividade, socialidade e meio-ambiente na cidade contemporânea. Belo Horizonte, 18 a 21 de abril de 1997. Belo Horizonte: Movimento Instituinte de Belo Horizonte; Engendra, Instituto Félix Guattari, 1997.

PENNA, Violeta Vaz. **Moradores de Rua e Políticas Públicas**: uma reflexão a partir do programa da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura de Belo Horizonte. Monografia do Curso de Especialização em Gerência de Assistência Social. Belo Horizonte: Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, 2004.

PEREIRA, William César Castilho (org.). **Análise Institucional na Vida Consagrada**. Belo Horizonte: Publicações CRB, 2005.

ROLNIK, Suely. “Esquizoanálise e Antropofagia”. In: **Cadernos de Subjetividade**. S.Paulo: v.4, 1996.

ROLNIK, Suely. O Ocaso da Vítima Para Além da Cafetinagem da Criação e de Sua Separação da Resistência. In: LINS, Daniel & PELBART, Peter Pál (orgs). **Nietzsche e Deleuze: Bárbaros, Civilizados**. São Paulo: Annablume, 2004.

ROLNIK, Suely. “Subjetividade Antropofágica”. In: HERKENHOFF, Paulo, PEDROSA, Adriano (Org.). **Arte Contemporânea Brasileira: Um e/entre Outro/s**. XXIVª Bienal Internacional de São Paulo. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 1998. p. 128-147.

ROSE, Nikolas. Inventando Nossos Eus. In: SILVA, Tomaz Tadeu da Silva (org.). **Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SCOTT, Parry R. Famílias sem casais e a diversidade conjugal no Brasil. In: **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**. Ano 1, Nº 1. Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, 1999.

APÊNDICE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

N.º Registro CEP: 0124.0.213.000-08

Título do Projeto: Política de Assistência Social e População de Rua: Composição de Processos de Subjetivação na Cidade de Belo Horizonte

Prezado Senhor (a),

Este Termo de Consentimento pode conter palavras que você não entenda. Peça ao pesquisador que explique as palavras ou informações não compreendidas completamente.

1) Introdução

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa que estudará Política de Assistência Social e População de Rua: Composição de Processos de Subjetivação na Cidade de Belo Horizonte. Você foi selecionado por que participa das atividades (usuário) dos Serviços de Atenção à População de Rua de Belo Horizonte e sua participação não é obrigatória e não influenciará sua permanência ou não no serviço. O objetivo do projeto é analisar os processos de subjetivação encontrados em um grupo de pessoas que vivenciam ou vivenciaram a moradia nas ruas.

2) Procedimentos do Estudo

Para participar deste estudo peço a sua especial colaboração em participar das Entrevistas Semi-estruturadas. As atividades serão registradas manualmente e gravadas e será mantido sigilo sobre sua identidade.

3) Riscos e desconfortos

Os desconfortos e riscos que você poderá sentir estão relacionados às perguntas que podem trazer à tona sentimentos relacionados à sua participação nos serviços em questão. Nesse sentido, a gravação das atividades poderá ser encerrada caso você ache necessário. Pode haver também um desconforto por você ter suas vivências relatadas, enfatizando-se o caráter confidencial dos registros.

4) Benefícios

Espera-se que, como resultado deste estudo, o trabalho realizado pelos técnicos que o acompanham através das atividades que você participa dentro dos Serviços de Atenção à

População de Rua, possa ajudá-lo a entender melhor a sua relação com eles, na tentativa de melhorar estas relações e também o acompanhamento realizado pelos profissionais que o atendem.

5) Custos/Reembolso

Você não terá nenhum gasto com a sua participação no estudo e também não receberá pagamento pelo mesmo.

6) Caráter Confidencial dos Registros

A sua identidade será mantida em sigilo. Os resultados do estudo serão sempre apresentados como o retrato de um grupo e não de uma pessoa. Dessa forma, você não será identificado quando o material de seu registro for utilizado, seja para propósitos de publicação científica ou educativa. Os registros gravados ficarão sob a responsabilidade da pesquisadora, serão utilizadas apenas para as finalidades da pesquisa e serão destruídos ao término da pesquisa.

7) Participação

Sua participação neste estudo é muito importante e voluntária. Você tem o direito de não querer participar ou de sair deste estudo a qualquer momento, sem penalidades ou perda de qualquer benefício ou cuidados a que tenha direito nesta instituição. Você também pode ser desligado do estudo a qualquer momento sem o seu consentimento nas seguintes situações: (a) você não use ou siga adequadamente as orientações/tratamento em estudo; (b) você sofra efeitos indesejáveis não esperados; (c) o estudo termine. Em caso de você decidir retirar-se do estudo, favor notificar o profissional e/ou pesquisador que esteja atendendo-o.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, coordenado pelo Prof. Maria Beatriz Rios Ricci, que poderá ser contatado em caso de questões éticas, pelo telefone 3319-4517 ou e-mail cep.proppg@pucminas.br.

Os pesquisadores responsáveis pelo estudo poderão fornecer qualquer esclarecimento sobre o estudo, assim como tirar dúvidas, bastando contato no seguinte endereço e/ou telefone:

Nome do pesquisador: Maria do Carmo Campos Villamarim

Endereço: Avenida Itaú nº 525 Bairro Domo Bosco

Belo Horizonte - MG Cep: 30730 -280

Telefone: (31) 3319-4568 / (31) 99498464

E-mail: maria.villamarin@gmail.com

8) Declaração de Consentimento

Li ou alguém leu para mim as informações contidas neste documento antes de assinar este termo de consentimento. Declaro que toda a linguagem técnica utilizada na descrição deste estudo de pesquisa foi satisfatoriamente explicada e que recebi respostas para todas as minhas dúvidas. Confirmando também que recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e

Esclarecido. Compreendo que sou livre para me retirar do estudo em qualquer momento, sem perda de benefícios ou qualquer outra penalidade.

Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade para participar deste estudo.